

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

GRASIELLY ALVES DE LIMA

***OBEDIENTES, REBELDES OU CONFORMADOS: MODERNIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO
ECONÔMICA E DIVERSIDADE SOCIAL NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
VALE DO LÍRIO – SÃO JOSÉ DO MIPIBU – RN (1998-2004).***



**NATAL/ RN
JULHO - 2005**



GRASIELLY ALVES DE LIMA

Obedientes, rebeldes ou conformados: modernização, integração econômica e diversidade social no Assentamento de Reforma Agrária Vale do Lírio – São José do Mipibu – RN (1997-2004).

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. João Matos Filho

NATAL/ RN

2005

GRASIELLY ALVES DE LIMA

Obedientes, rebeldes ou conformados: modernização, integração econômica e diversidade social no Assentamento de Reforma Agrária Vale do Lírio – São José do Mipibu – RN (1997-2004).

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Monografia Aprovada em ____/____/ 2005

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. João Matos Filho

Examinador

Examinador

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha mãe Cecília e a minha irmã Kaline pelo apoio e amor cedido a mim durante todos os anos de minha vida e, principalmente, pela imensa compreensão e paciência durante a elaboração desta monografia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao criador do céu e da terra, aquele que é a razão de meu existir e o encontro de todas as respostas.

Em segundo lugar agradeço aqueles que de alguma maneira contribuíram para a minha formação educacional e para execução deste trabalho:

O Professor Dr. João Matos Filho pela dedicação, paciência e ensinamentos ministrados durante toda a trajetória do curso e, especialmente pelas orientações sempre elucidativas durante o desenvolvimento do trabalho. A este professor demonstro toda a minha gratidão por sua atenção e imensa amizade.

Também foi de suma importância a grande oportunidade que tive de trabalhar como bolsista do Professor Rogério Pires Cruz, na base de pesquisa em Economia durante um ano de minha vida. Agradeço pelos conselhos, motivação, apoio e ensinamentos recebidos durante estes anos.

Agradeço aos demais professores que contribuíram de alguma forma para a minha formação acadêmica, a todos os funcionários do departamento de economia por serem sempre tão simpáticos e atenciosos. E por fim, agradeço as amizades sinceras que conquistei e que estiveram ao meu lado durante a realização do curso: Anacleia Gomes, Adriano Olivier, Elízete Cristina, Estevani Pereira, Kátia Valério e Klícia Gisele.

RESUMO

Analisa a trajetória dos trabalhadores rurais no Assentamento de Reforma Agrária Vale do Lírio, localizado no município de São José de Mipibu, no estado do Rio Grande do Norte e avalia os resultados econômicos e sociais que resultaram dos investimentos públicos e dos processos de modernização e de integração à *jusante* e à *montante* do Assentamento. O trabalho tem como base a pesquisa realizada pela Associação de Apoio as Comunidades do Campo no referido assentamento e pesquisas exploratórias realizadas por meio de questionários e entrevistas aos moradores assentados. O estudo precede de debate teórico acerca dos obstáculos encontrados no processo de modernização e sua repercussão no campo brasileiro. Chama a atenção para o fato de que a reforma agrária pode ocasionar respostas favoráveis no âmbito econômico e social, no caso estudado, caracterizou-se como um processo complexo que produziu resultados econômicos diferenciados dando origem a uma diversidade social caracterizada pela existência de trabalhadores integrados à grande empresa exportadora, aos intermediários comerciais e o mercado de trabalho, neste último caso, como vendedores de força de trabalho para outros trabalhadores do próprio assentamento ou para fora do assentamento. O trabalho deixa evidente que a agricultura familiar é capaz de capitalizar-se e tornar-se suscetível à incorporação de novas tecnologias e integrar-se á empresas capitalistas, porém, o progresso tecnológico e a integração a complexos agroindustriais podem manifestar circunstâncias diversas em um mesmo espaço, reproduzindo setores ou relações de produção diferentes, e, este fato repercute no desenvolvimento local, uma vez que este pode não se reproduzir de maneira uniforme em um determinado espaço, principalmente quando este é composto de contradições como se verifica no ambiente rural, no caso referido, o Projeto de Assentamento Vale do Lírio.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Assentamento Rural. Modernização da Agricultura. Integração Agroindustrial. Desenvolvimento Local.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Nível de escolaridade dos jovens no Projeto Vale do Lírio, 2004.....	47
Tabela 2	Distribuição dos assentados segundo o tipo de organização ao qual são filiados, Vale do Lírio, 2004.....	54
Tabela 3	Distribuição dos assentados que cultivam mamão irrigado, segundo nível de renda, Vale do Lírio, 2004.....	61
Tabela 4	Distribuição dos assentados que cultivam inhame irrigado, segundo nível de renda, Vale do Lírio, 2004.....	69
Tabela 5	Distribuição dos assentados que cultivam outras culturas, segundo nível de renda, Vale do Lírio, 2004.....	73

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico 1** Nível de participação dos associados nas decisões/ mamão – 2004...55
- Gráfico 2** Produção de mamão anual no Vale do Lírio 2001-2004.....57
- Gráfico 3** Distribuição das famílias produtores de mamão irrigado conforme elementos que incrementam sua renda, Vale do Lírio, 2004.....63
- Gráfico 4** Nível de participação dos associados nas decisões/ inhame -2004.....66
- Gráfico 5** Distribuição das famílias que cultivam inhame, conforme elementos que incrementam sua renda, Vale do Lírio, 2004.....71
- Gráfico 6** Distribuição das famílias que produzem outras culturas, conforme elementos que incrementam sua renda, Vale do Lírio, 2004.....74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O DEBATE TEÓRICO SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA:	13
DA "MODERNIZAÇÃO DOLOROSA" À "PRUDÊNCIA ECOLÓGICA"	13
1.1 REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
1.2 A "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA" E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA.	15
1.2.1 Concentração fundiária, miséria no campo e relações de trabalho.	17
1.2.2 Capitalismo e proletarização no campo.	19
1.2.3 Estado, capitalismo e classes sociais na agricultura brasileira.	22
1.2.4 Estado, capitalismo e agricultura familiar modernizada.	25
1.2.5 Prudência ecológica e desenvolvimento local.	28
2 O PROJETO VALE DO LÍRIO E SEUS ATORES: ORIGEM, EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL.	33
2.1 ASPECTOS GERAIS DO ASSENTAMENTO VALE DO LÍRIO.	34
2.1.1 Breve histórico	35
2.2 ASPECTOS POPULACIONAIS	36
2.3 EDUCAÇÃO	36
2.4 SAÚDE	38
2.5 INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BÁSICA	38
2.6 ANÁLISE DOS GRUPOS SEGUNDO O TIPO DE INTEGRAÇÃO	41
2.6.1 Organização política e institucional dos produtores de mamão	41
2.6.2 Características econômicas dos produtores de mamão	44
2.6.3 Organização política e institucional dos produtores de inhame.	50
2.6.4 Características econômicas dos produtores de inhame.	52
2.6.5 Organização política-institucional e as características econômicas dos agricultores que cultivam outras culturas.	56
3 A SUSTENTABILIDADE DO PROJETO VALE DO LÍRIO:	60
AGRICULTORES MODERNIZADOS X AGRICULTORES TRADICIONAIS	60
3.1 OS GRUPOS E SEUS PADRÕES DE VIDA	63
3.2 OS GRUPOS E SEU MODO DE INSERÇÃO JUNTO AOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS	84
3.3 OS GRUPOS E A RELAÇÃO DINÂMICA ENTRE SI	85
3.4 OS GRUPOS E AS ATIVIDADES FORA DO LOTE	87
3.5 A SUSTENTABILIDADE DO PROJETO VALE DO LÍRIO	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

O debate contemporâneo sobre a reforma agrária tem colocado, inicialmente, a modernização da grande empresa rural, baseada no trabalho assalariado, em contraposição à modernização da agricultura familiar - fundamentada no trabalho não remunerado dos membros da família -; e, em seguida, tem visualizado esses dois processos de modernização como estratégias inconciliáveis de produção, de inserção nos mercados nacionais e internacionais e de desenvolvimento do capitalismo no campo (ROMEIRO, 1994; ABRAMOVAY, 1992).

Este debate difere radicalmente daquele realizado nas décadas de 1950 e 1960, quando a justificativa para a reforma agrária estava localizada na incapacidade da agricultura de cumprir as funções que lhe eram reservadas no desenvolvimento econômico, isto é, garantir uma oferta abundante de alimentos e matérias-primas; transferir força de trabalho para as cidades; gerar divisas; e criar mercado interno para os setores urbano-industriais. Para uns, o cumprimento dessas funções só seria possível com a realização de uma reforma agrária ampla e massiva; para outros, a modernização da agricultura e o acesso aos mercados, por si sós, garantiriam o cumprimento dessas funções.

A história tratou de demonstrar que apesar de não ter havido reforma agrária, a produção de alimentos e matérias-primas cresceu acima do crescimento populacional, e este fato foi atribuído à mudança da base técnica da agricultura e ao acesso aos mercados, tal como dito por aqueles que eram contrários à reforma agrária como pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Como consequência, o progresso tecnológico passou a ser o lema utilizado para a solução dos problemas do campo e da cidade, principalmente aqueles relacionados com a pobreza rural e a crise de abastecimento no meio urbano.

Os avanços tecnológicos proporcionados pela *Revolução Verde*, o crédito rural subsidiado, a política cambial e o vertiginoso crescimento da infra-estrutura rodoviária e energética viabilizaram a modernização da grande empresa rural, o aumento da produção agropecuária, o crescimento das exportações e a expansão do assalariamento no campo.

A produção de alimentos e matérias-primas expandiu-se vertiginosamente, porém, a pobreza no campo não somente persistiu como se reproduziu de forma mais intensa com a

modernização da base produtiva da agricultura, a inserção de um novo padrão tecnológico, acompanhada do aumento da concentração da terra e da renda.

O problema agrário persistiu, e com ele reapareceram novas propostas de intervenção no campo, sobretudo nos anos de 1980, coincidentemente com o período de redemocratização. Essas propostas foram materializadas, de um lado, na idéia de uma reforma agrária como política social, e, de outro, como uma política econômica destinada à promoção da reforma agrária e da modernização da agricultura familiar como estratégias fundamentais de aumento da produção e da geração de renda e emprego no campo.

Na realidade, os estudos a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo, nas quatro últimas décadas, mostram uma realidade bem mais complexa do que o debate polar acima especificado. A agricultura familiar brasileira tanto se modernizou de forma autônoma, organizada em cooperativas, quanto articulada com a grande empresa agroindustrial num processo de integração que deu origem a uma nova configuração de classes sociais no campo (SORJ, 1986).

Entretanto, a modernização da agricultura brasileira, comparada com a dos países da Europa e nos Estados Unidos, onde o capitalismo mais se desenvolveu, não foi algo fortuito, ou obra do acaso, mas uma criação deliberada do Estado através das políticas agrícolas. Foram essas políticas que estabeleceram as condições necessárias para que uma parcela da agricultura, inclusive da agricultura familiar, incorporasse novas tecnologias e se tornasse altamente produtiva (ABRAMOVAY, 1991).

A modernização da base produtiva e a integração da agricultura familiar aos mercados e à indústria é também uma das vias do desenvolvimento do capitalismo no meio rural brasileiro.

O Projeto Vale do Lório, objeto de estudo desta monografia, confirma a existência dessa via de desenvolvimento, mas também mostra um claro processo de diferenciação dos trabalhadores na medida em que eles foram se integrando à indústria e aos mercados de produtos agropecuários e de trabalho.

Nesse processo de diferenciação, um grupo dos trabalhadores originalmente assentados introduziu os mais modernos recursos tecnológicos na agricultura e se integrou à grande empresa exportadora; um segundo grupo permaneceu em um tipo de agricultura que se articula com o capital comercial regional, produz para autoconsumo e vende o excedente no mercado local; finalmente, um terceiro grupo produz para autoconsumo, vende um pequeno excedente e complementa a renda familiar com o trabalho assalariado.

É curioso notar que grande parte dos integrantes desses últimos dois grupos vendem sua força de trabalho fora do assentamento, nos municípios vizinhos, e, também, dentro do assentamento, principalmente para os trabalhadores do primeiro grupo, que se encontram integrados à grande empresa exportadora e aos mercados local e regional de produtos agropecuários.

O período selecionado para a realização da pesquisa abordou os últimos cinco anos, uma vez que logo após a vistoria do INCRA, que decretou a terra selecionada como improdutiva, foi realizada a desapropriação em 1998, bem como a imissão de posse e o processo de assentamento. No entanto, o Projeto Vale do Lírio só passou a ser executado no ano de 2000.

Diante desta realidade, procurou-se responder às seguintes questões de pesquisa: como se deu o processo de diferenciação sócio-econômica dos trabalhadores rurais assentados no Projeto Vale do Lírio? A intervenção do Estado, a formação de novos agricultores e a integração com a grande empresa exportadora contribuíram para o desenvolvimento local desse Projeto, ou a alternativa para os agricultores que não se integraram à grande empresa exportadora é o assalariamento ou o elevado grau de exploração? Finalmente, os agricultores modernizados e integrados ostentam um maior grau de sustentabilidade do que aqueles que não se inseriram nesta forma de produção?

A hipótese principal deste trabalho é que o assentamento rural - como objeto das políticas de infra-estrutura e de apoio à produção e à comercialização - sofreu um complexo processo de diferenciação sócio-econômica e formou, neste processo, distintas categorias de agricultores familiares que ora se integram à agroindústria; ora são produtores autônomos organizados em cooperativas ou associações; ora praticam agricultura de subsistência; ou, ainda, se tornam trabalhadores assalariados dentro ou fora do assentamento, podendo dar uma contribuição menor ou maior para o processo de desenvolvimento local sustentável.

Como foi referido acima, o trabalho realizado tomou como estudo de caso o Assentamento de Reforma Agrária Vale do Lírio, localizado no município de São José do Mipibu, no Estado do Rio Grande do Norte. Após analisar a especificidade da parceria entre os trabalhadores assentados e uma grande empresa de comercialização, comparou a situação sócio-econômica dos assentados integrados à grande empresa com os não integrados.

O desenvolvimento do trabalho teve como base um conjunto de pesquisas e de dados secundários a seguir especificados: pesquisa bibliográfica, por intermédio da qual foi reconstituído o debate sobre a questão agrária no momento atual; pesquisa documental e pesquisa exploratória, para obter dados primários sobre a condição sócio-econômica dos

assentados e do assentamento, através da pesquisas exploratórias foram realizadas entrevistas com alguns membros do assentamento entre esses: representantes dos produtores de mamão, dos produtores de inhame e moradores em geral, somando um total de dez pessoas entrevistadas. Bem como foram realizadas entrevistas com o representante da empresa exportadora de mamão.

Além disso, o trabalho também tomou por base uma pesquisa realizada pela Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACCC), que é uma organização não-governamental com quase três décadas de atuação ininterrupta no Estado do Rio Grande do Norte. Esses dados foram gentilmente cedidos por essa organização e foram decisivos para a realização deste trabalho. O número total de famílias na qual foram aplicados questionários por esta instituição somam quarenta e seis famílias.

Após a análise e interpretação dos dados obtidos à luz do referencial teórico selecionado, o trabalho ficou organizado da seguinte forma: uma introdução, que resume o referencial teórico utilizado, as questões de pesquisa, a relevância e os principais aspectos analisados. Um capítulo aborda a discussão teórica sobre a questão agrária contemporânea, a inserção tecnológica no meio rural e a agricultura familiar. O capítulo dois, onde foi efetuada a caracterização, a evolução e a situação atual do Projeto Vale do Lírio. O capítulo três contém uma avaliação do grau de sustentabilidade dos agricultores familiares integrados à agroindústria, comparativamente àqueles que não aderiram à integração agroindustrial. Por fim, no capítulo quatro, foram apresentadas as conclusões e recomendações finais para estudos futuros.

1 O DEBATE TEÓRICO SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA: DA "MODERNIZAÇÃO DOLOROSA" À "PRUDÊNCIA ECOLÓGICA"

A discussão contemporânea sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira reflete as profundas mudanças ocorridas no meio rural desde o início da década de 1960, quando se intensificou a difusão de um novo padrão de modernização fundamentado, inicialmente, na modernização da base técnica da agricultura, e, posteriormente, na crescente integração da agricultura à indústria, à semelhança do que já havia ocorrido nos Estados Unidos e na Europa no imediato pós-guerra.

Este fato histórico colocou em evidência as duas teses fundamentais que a partir dos anos de 1960 passaram a ser objeto de intensos debates na academia e nos meios governamentais, isto é, a tese da reforma agrária e a tese da modernização da agricultura e da organização dos mercados como pré-condições para o desenvolvimento econômico e social.

A *Revolução Verde*, que foi a expressão originalmente utilizada para caracterizar aquele novo padrão tecnológico, prometia a elevação da produtividade, mediante uso integrado de sementes melhoradas ou de “alto rendimento”, e, além disso, o emprego de máquinas, equipamentos e insumos provenientes da indústria (GARCIA, Ronaldo, 1987).

Esse novo padrão tecnológico nasceu, portanto, em um contexto no qual o impulso modernizante - oriundo do progresso tecnológico - implantava uma nova racionalidade produtiva, juntamente com promessas de transformações socioeconômicas e, em particular, de melhoria do bem estar social das populações rurais.

Para os defensores da reforma agrária, esse processo de modernização não seria obtido com a estrutura agrária concentrada que historicamente havia caracterizado - como de fato ainda caracteriza - a propriedade da terra no Brasil. As crises na oferta de alimentos e a instabilidade dos preços iriam se repetir, impedindo a formação do mercado interno e a consolidação do desenvolvimento urbano industrial que então se instalava no país.

Para os adeptos da modernização da agricultura, o problema agrário brasileiro seria resolvido, como visto, por intermédio das mudanças na base técnica, na organização dos fluxos e canais de comercialização e na integração agroindustrial, sem necessidade de reforma

agrária. Caracterizava-se, assim, uma sorte de *modernização conservadora*, como bem registra a literatura sobre a questão agrária brasileira¹.

1.1 REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os principais argumentos relativos à necessidade de uma reforma agrária como pré-condição para o desenvolvimento econômico, concentravam-se na necessidade de excedentes agrícolas de alimentos e matérias-primas, na liberação de mão-de-obra, na criação de um mercado interno e na transferência de capitais da agricultura para a indústria.

Sem o acesso a terras os trabalhadores rurais não teriam como produzir excedentes para financiar o desenvolvimento urbano-industrial, gerando crises de abastecimento e aumento nos preços dos alimentos e das matérias-primas.

Diante desse obstáculo, os trabalhadores rurais não se sentiriam estimulados a permanecer na terra e terminariam por migrar para as cidades. Como consequência, não teriam como contribuir para a compra de insumos industriais e para a transferência de renda da agricultura para a indústria.

As crises de abastecimentos mostrariam, portanto, a debilidade e insuficiência da agricultura no que tange a produção de um excedente como condição para o desenvolvimento urbano-industrial, e evidenciariam a necessidade de uma Reforma Agrária como condicionante deste processo de desenvolvimento econômico e social.

Entretanto, uma observação mais atenta dessa tese permite identificar variantes e propostas alternativas de intervenção no campo, frente às quais se inclui a modernização da agricultura como uma das alternativas fundamentais do desenvolvimento agrícola em lugar da Reforma Agrária.

O progresso tecnológico seria, portanto, a solução para os problemas relacionados a preço, pois a intensificação da agricultura traria como consequência o aumento da produtividade. A baixa nos preços juntamente com o aumento da produtividade agrícola seriam capazes de acabar com as crises de abastecimentos e os constantes aumentos nos preços dos alimentos e das matérias-primas.

Por outro lado, o aumento da produtividade no campo permitiria a transferência de mão-de-obra do campo para a cidade – dado que o desenvolvimento urbano se tornaria um atrativo para a população rural em busca de melhores condições de vida. Conseqüentemente,

¹ Ver a respeito: SILVA, José (1981).

esses fatores acarretariam a transferência de renda da agricultura para a indústria, dando continuidade ao desenvolvimento urbano-industrial, já que a agricultura cumpriria o seu papel no desenvolvimento econômico sem que houvesse a necessidade de uma reforma agrária.

Esses são os dois choques teóricos a respeito da reforma agrária no Brasil: um vê na concentração de terra um grande empecilho para o desenvolvimento tanto urbano e, principalmente, rural, enquanto o outro ignora a importância da distribuição desigual da terra e tem como foco o progresso tecnológico como fonte de resolução dos problemas decorrentes da agricultura brasileira.

1.2 A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA.

A proposta de *modernização conservadora*, que se tornou hegemônica desde os anos de 1960 até os dias atuais, foi implementada por intermédio de uma intervenção ampla e concertada da ação do Estado. Essa forma inédita de intervenção na agricultura brasileira foi viabilizada por um conjunto de instrumentos de política agrícola, entre os quais se incluíram o crédito rural subsidiado, os preços mínimos, a assistência técnica e a pesquisa agropecuária.

A inserção do novo padrão tecnológico rompeu os laços da agricultura com o passado e negou o significado histórico da reforma agrária como estratégia para ampliar a produção de alimentos e matérias-primas e melhorar as condições de vida da maioria da população rural, uma vez que com a inserção tecnológica poderia alcançar maiores produtividades em uma menor extensão de terra.

Como consequência dessa modernidade, criou-se, ao longo do tempo, uma nova paisagem no meio rural através de uma nova configuração das classes sociais, das relações de produção e do processo de produção e produtividade no campo.

Os progressos tecnológicos, que emergiram com mais força principalmente no final de 60 para a década de 70, sob a égide do governo militar que buscava transformar o Brasil em uma grande potência mundial a qualquer custo, adentraram também na agricultura, causando enormes modificações em sua estrutura social e econômica.

O progresso tecnológico e a concentração fundiária contribuíram, assim, para a atual configuração da estrutura agrária brasileira, ocasionando a expulsão de uma parte expressiva da população rural para novas fronteiras agrícolas ou para os centros urbano-industriais, notadamente para o centro-sul do país, bem como sua expropriação e proletarianização.

Esse progresso tecnológico se fez de forma seletiva e, muitas vezes, excluiu o pequeno agricultor, uma vez que o mesmo passou a encontra-se em desvantagem para competir – sem condições financeiras de adquirir as novas tecnologias implantadas e sem conhecimento específico para manuseá-las – em relação às explorações mercantis.

Uma das conseqüências é que o agricultor familiar vendeu suas terras, muitas delas às grandes explorações mercantis aos grandes proprietários de imóveis rurais, restando-lhe apenas a força de trabalho como principal instrumento, o que acabou favorecendo ainda mais a concentração fundiária.

Os pequenos agricultores ao depararem-se sem terra para tirar o seu sustento e tendo apenas a força de trabalho como instrumento de produção, submeteram-se a relações arcaicas de produção, ao trabalho assalariado - muitas vezes oferecido pelos grandes proprietários rurais ou agroindústrias – uma parte optou por explorar novas fronteiras agrícolas ou para as grandes capitais em busca de outra forma de sobrevivência.

Enfim a *modernização conservadora*², apesar de ter ocasionado o aumento da produtividade agrícola em alguns produtos e regiões, através da utilização de novos instrumentos e equipamentos mecânicos ou eletrônicos, não rompeu com algumas características da agricultura de outrora, conservando a antiga estrutura da propriedade de terra, juntamente com relações de produção antigas (GUIMARÃES, 1979).

Essa modernização conservadora tornou-se também “*dolorosa*”, uma vez que reproduziu no espaço uma maior concentração fundiária, favorecendo os grandes latifundiários e o próprio capital monopolista às custas de uma grande massa de camponeses que se tornaram cada vez mais miseráveis e destituídos de terra e de condições de trabalho.

Por conseguinte, a idéia de que a difusão tecnológica contribuiria para o aumento da produção de alimentos e matérias-primas e para a transferência de mão-de-obra do campo para a indústria realmente se realizou. No entanto, a retórica de que esta inserção ocasionaria uma melhoria na qualidade de vida da população rural, certamente não correspondeu à realidade. Pelo contrário, a população rural tornou-se cada vez mais pauperizada e submissa aos grandes capitais³.

² Expressão utilizada por SILVA, José (1981, p. 40), para definir o modo no qual ocorreu o desenvolvimento na agricultura brasileira, mediante o padrão tecnológico implantado.

³ As precárias condições de vida da população rural podem ser conferidas através da grande desigualdade na distribuição de renda, já que a 35,81% da população rural tem rendimento de até um salário mínimo. Cálculo efetuado através de dados coletados da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios – PNAD, 2003.

Os fatos demonstraram que esta visão simplista que defendia o progresso tecnológico na agricultura brasileira como meio e fim para solucionar todos os problemas não correspondeu à realidade altamente complexa e ambígua que passou a caracterizar o campo a partir dos anos de 1960.

E esta busca da realidade fez emergir uma verdadeira “arena” de debates onde vários pensadores e estudiosos se confrontaram, a fim de extraírem as suas verdades a respeito do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Como consequência, também buscaram a identificação das variáveis explicativas da *questão agrária* brasileira, entre as quais se destacaram a concentração e a valorização da terra; a permanência da miséria no campo e nas cidades; e a inserção de um novo padrão tecnológico na agricultura por intermédio de um conjunto de políticas governamentais, entre as quais se destacaram o crédito rural subsidiado, a garantia de preços, a pesquisa agropecuária e a difusão tecnológica.

1.2.1 Concentração fundiária, miséria no campo e relações de trabalho.

Apesar da implementação das políticas agrícolas, a concentração da terra continuou se caracterizando como um dos principais fatores que contribuíram para a enorme quantidade de miseráveis e indigentes no campo, constituindo assim - dada essa generalização da miséria no campo – o cerne da questão agrária brasileira (PRADO JUNIOR, 1979).

Na realidade, uma das maiores características da estrutura fundiária brasileira, na atualidade, ainda é a elevada concentração da terra nas mãos de uma minoria, enquanto uma grande maioria não dispõe de terra para trabalhar. E esta população, desprovida de terra e de recursos para explorá-la, não encontra alternativa, senão vender sua força de trabalho ou submeter-se a serviços terceirizados.

Além desse agravante, as áreas de maior concentração fundiária são aquelas onde se encontram as terras mais produtivas e férteis. Restam, portanto, para as outras parcelas da população rural as terras menos favoráveis para o plantio ou a total indisponibilidade de terra para trabalhar. E é isso o que torna essa população cada vez mais miserável.

Um outro aspecto negativo da concentração fundiária consiste no rebaixamento do valor da força de trabalho. Os trabalhadores ao não conseguirem tirar o seu sustento da terra passam a ofertar sua força de trabalho e, o aumento desta oferta diminui a remuneração de seu trabalho, onerando ainda mais sua condição já debilitada de vida. Essa enorme oferta de

trabalho beneficia a grande exploração, pois esta passa a impor suas condições, inclusive de salários, na qual este tende a diminuir.

O que Prado Junior (1979) observava é que há uma ausência de planos de reforma agrária que tenham como foco o indivíduo rural. A maioria dos planos concentra-se no processo de exploração da terra. Para o mesmo é preciso que se verifiquem os diferentes interesses que estão em jogo, ou seja, há aqueles que vêem a terra como fonte de *negócios* e outros a vêem como fonte de *sobrevivência*. Só com esse olhar poderá se efetuar uma política de reforma agrária mais equilibrada do ponto de vista dos diferentes interesses.

Os interesses dos grandes proprietários de terra estão voltados para a diminuição dos custos, para o processo de comercialização e financiamento da produção. Enquanto a grande população do campo está mais preocupada com a sobrevivência e a manutenção do dia-a-dia de sua família, e para isso ele necessita de um pedaço de terra de onde ele provavelmente retirará o seu sustento.

O conjunto entre a larga extensão de terra, o monopólio da propriedade fundiária e os rebaixamentos dos salários dos trabalhadores representam os fatores responsáveis pelos êxitos comerciais da agropecuária e da exploração mercantil e agrária brasileira. Estes também são os condicionantes que ocasionam a reprodução miserável de uma grande massa de população rural e o seu baixo nível de vida, segundo Prado Junior(1979).

A maioria das “grandes explorações agromercantil estão voltadas para o cultivo de atividade com alto valor de comercialização, enquanto os cultivos de produtos alimentares ou de baixo valor comercial são realizados pelos pequenos trabalhadores rurais” (PRADO JUNIOR, 1979, p. 51).

E é essa grande exploração agromercantil que ainda determina as relações de trabalho existentes no campo brasileiro. Com isso Prado Junior (1979, p. 60) verifica que há três tipos de remunerações do trabalho na área rural brasileira: “há a remuneração sob a forma de dinheiro; através de produto ou sob uma forma de concessão na qual o proprietário da terra permite ao trabalhador utilizar sua terra para plantio próprio”.

Essas duas últimas formas de pagamento têm na sua essência a prestação de serviço por parte dos trabalhadores aos proprietários da terra, além de constituir um meio de fixar o trabalhador a sua terra e garantir mão-de-obra sempre que necessário. Ou seja, “o trabalhador é um locador de serviços, mas que não se distancia de sua natureza de assalariado” (PRADO JUNIOR, 1979, p. 63).

O fato de existirem relações de trabalho na qual a remuneração ocorre de forma não-monetária não significa dizer que essas relações entre o empregador e o empregado não sejam

relações salariais. Segundo Prado (1979) a estrutura fundiária brasileira em si é constituída por trabalhadores assalariados, distinguindo apenas as suas formas de pagamentos que são efetuadas a estes trabalhadores.

Na realidade, essas formas são apenas modalidades distintas que correspondem ao salário. Apesar de ocorrer uma resistência por parte dos trabalhadores à remuneração apenas monetária – dado que os mesmos se sentem em desvantagens -, é esta que tende a permanecer e se difundir no tempo de acordo com a concepção de Prado (1979).

Sendo assim, a concentração fundiária e a grande exploração determinam e reproduzem essas relações de trabalho mistas e distintas em relação a suas formas de pagamentos, ao mesmo tempo em que se beneficiam com elas.

Uma das propostas dada pelo autor acima referido, em favor de uma reforma agrária brasileira, seria a adoção de uma legislação para o trabalhador, a fim de garantir a este uma melhor qualidade de vida – inclusive moradia e alimentação – na qual a exploração agromercantil possa ser minimizada.

O desafio então é efetuar políticas que, ao invés de estimular o estoque de terras pelos grandes capitais – uma vez que o processo de indenizações realizadas para os proprietários de terras ociosas favorece a criação de um âmbito especulativo -, efetuem políticas que onerem o valor da terra através da tributação progressiva, de modo que a posse de terra por mera especulação torne-se custosa e desvantajosa (PRADO, 1979).

Neste contexto deve se oferecer aos pequenos agricultores suporte técnico e infraestrutura para que os mesmos possam permanecer no campo em condições dignas e com isso contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

1.2.2 Capitalismo e proletarização no campo.

A modernização e a inserção de um novo padrão tecnológico no Brasil reproduziram no tempo e no espaço um emaranhado de relações sócio-econômicas altamente amplas e complexas, “[...] na qual sua compreensão só é passível de interpretação se for levado em consideração às transformações pelas quais passou a agricultura e sua adequação ao sistema capitalista” (SILVA, José, 1981, p.126).

“O processo de industrialização tardia e o processo de mudança tecnológica no Brasil submeteram a agricultura brasileira a um processo de *modernização conservadora*, tendo

como pano de fundo a aliança entre o grande capital e o latifúndio” (SILVA, José, 1981, p.126).

O processo de mudança tecnológica quando implantado na agricultura ocorre de maneira lenta e de forma variada. A modernização causa mudanças na base técnica, ou seja, na utilização dos insumos, na utilização de máquinas, equipamentos e nas relações de produção.

No entanto, essa modernização conservadora, que herdou a antiga estrutura fundiária, apesar dos entraves encontrados na agricultura brasileira, causou transformações profundas na agricultura, dado a constituição de novas formas de relações sociais e de organização econômica.

Neste contexto, as novas formas de produção capitalista dividem espaço com antigas formas de produção, cujo progresso tecnológico não foi capaz de dissipá-las. Enquanto a estrutura fundiária, ainda concentradora, não foi alterada por esse processo de modernização.

Um dos pontos mais acirrado da discussão entre estudiosos centra-se no fato do desenvolvimento capitalista no campo não ter sido capaz de promover uma total expropriação do trabalhador, deixando resquícios de relações agrícolas ainda pouco desenvolvidas. Segundo Silva, José (1981), há alguns fatores que explicam a existência deste obstáculo para a inserção do capitalismo na agricultura.

A justificativa para essa afirmação está baseada na concentração da propriedade da terra; na persistência de antigas formas de produção; no processo de elevada exploração do pequeno produtor mediante o aumento da jornada de trabalho e nas políticas agrícolas adotadas pelo Estado, que apenas em algumas culturas tem conseguido promover uma maior inserção do capitalismo na agricultura (SILVA, José, 1981).

Uma das conseqüências do desenvolvimento do capitalismo no campo é o fato deste tornar a unidade camponesa cada vez mais dependente dos mecanismos estruturais de mercado. Essa dependência se dá através da compra de insumos industriais, da comercialização através do mercado, do mercado de trabalho ou na obtenção de seus meios de vida, mostrando que a pequena produção está sempre subordinada ao capital.

Com isso Silva, José (1981, pg.130) mostra que “a pequena produção não é completamente desconectada do circuito global do capital”, fazendo parte deste de variadas formas, na qual a pequena produção não é considerada um resquício de produção arcaica, mas uma nova forma de reprodução do capital.

Deste processo surge um novo camponês recriado pelo capital, adaptado aos seus interesses e, atuando como um trabalhador para o mesmo. Esse processo de recriação do novo camponês ocorre de forma evolutiva, temporal e de acordo com as necessidades do capital.

O novo camponês passa a ser um novo instrumento utilizado pelo capital, mas que guarda semelhanças com o antigo camponês, pois detêm a posse direta dos meios de produção e /ou a organização do trabalho com base na mão-de-obra familiar, mas que perdeu sua autonomia no processo de produção, uma vez que agora sua reprodução está atrelada à reprodução do capital. (SILVA, José, 1981).

Logo essa afirmação invalida a percepção e o ponto de vista anterior a respeito da existência de resquícios feudais de produção na agricultura brasileira, adotando a perspectiva de que essas relações são condições transitórias e necessárias para reprodução do capital.

Sendo assim, o surgimento desse agricultor rural adaptado não o livra de sua condição fatalista de subordinado ao capital. Seu fim será a sua subordinação e a proletarização do homem do campo. As diversas manifestações distintas são apenas formas transitórias que fatalmente acarretarão sua total subordinação ao capital. Assim sendo, não existe possibilidade de permanência duradoura das formas tradicionais de produção, da existência da agricultura familiar ou de relações pré-capitalistas no campo (SILVA, José, 1981).

Silva, José (1981) e Prado Junior (1979) têm o mesmo ponto de vista com relação à subordinação, expropriação e proletarização do trabalhador rural. Ambos concordam que o fim do trabalhador rural será sua subordinação ao capital e a emergência de uma classe rural completamente proletária.

Ambos convergem na opinião de que há obstáculos para o capital e, um deles é existência de uma estrutura fundiária extremamente concentradora de terra no Brasil, na qual esta é uma das barreiras a ser vencida para que o capital transforme inteiramente a agricultura brasileira.

Um único ponto no qual os dois divergem é em relação à evolução temporal do capitalismo e às transformações impostas por esta. Segundo Silva, José (1981), as relações pré-capitalistas existentes no campo são relações transitórias, adaptadas e recriadas pelo capital, cuja recriação se dá de acordo com seus interesses.

Na concepção de Prado Junior (1979) essas relações ocorridas numa determinada fase histórica da evolução do capitalismo – como afirma Silva, José (1981) - não existem e já foram superadas. O novo camponês não é uma forma adaptada que depois se tornará um proletário rural para o capital em sua plenitude, mas ele em si já é um proletário rural. O que muda são apenas as formas de pagamentos, mas sua essência é capitalista. E sendo assim para

os estudiosos acima citados, não existem agricultura familiar e relações pré-capitalistas no campo.

Outros teóricos contestam esse fatalismo teórico com teor marxista da subordinação do pequeno agricultor ao capital, e sua proletarização ou extinção. Defendem que a empresa familiar pode servir de base para o desenvolvimento e modernização da agricultura como afirma Sorj (1986), com a sua teoria da reestruturação das relações sociais e o surgimento de distintos tipos de produção familiar modernizada, que foram objetos de sua análise entre as quais sua posição obteve destaque⁴.

1.2.3 Estado, capitalismo e classes sociais na agricultura brasileira.

Bernardo Sorj é um dos pensadores que afirmam que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não necessariamente levará ao desaparecimento da categoria *agricultura familiar*. Na verdade, o que ele observa em seus estudos é a presença de diversas formas de produção na agricultura e não a eliminação da agricultura familiar. Esta pode permanecer ou se transformar em uma agricultura modernizada e tecnologicamente avançada.

Para Sorj (1986, p.124), a estrutura de classes na agricultura brasileira, no que tange às relações de produção e ao desenvolvimento das forças produtivas, configura-se a partir de três segmentos: o primeiro é a existência de um setor de empresas que têm em sua essência o modo de produção capitalista, o uso de tecnologia avançada e o trabalho assalariado.

Um outro segmento corresponde a um setor que tem como base a presença de empresas familiares capitalizadas, utilizando tecnologia moderna, porém fazendo pouco ou nenhum uso de mão-de-obra assalariada. E, por último, destaca-se a existência de um setor de produção tradicional baseado na pequena propriedade fundiária, que ainda compartilha de traços não-capitalistas de produção como: parceiros e meeiros.

Esses setores atuam de maneira articulada efetuando relações dinâmicas entre si, cujas formas mais concentradas de propriedade, sejam elas empresas capitalistas ou unidades familiares modernizadas, utilizam força de trabalho excedente dos pequenos produtores e acabam reproduzindo antigas formas de produção dificultando assim o processo de acumulação de capital (SORJ, 1986).

⁴ A este respeito, ver: SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**, Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

O desenvolvimento do capitalismo gera trabalhadores rurais assalariados, na medida em que elimina uma quantidade elevada de mão-de-obra das fazendas com a implementação de insumos modernos e maquinarias. No entanto, a característica mais marcante é o tipo de assalariado que vem surgindo, ou seja, são trabalhadores que vendem sua força de trabalho apenas por um período de tempo (SORJ, 1986).

Esses assalariados podem ser classificados como aqueles que dependem apenas da venda de sua força de trabalho para sobreviver ou aqueles que vendem sua força de trabalho como uma maneira de complementar a sua renda familiar. A este se pode denominar de trabalhador híbrido semicomponês/semiproletário.

A substituição da sua força de trabalho por uma força mecânica expulsa os trabalhadores do campo e também ocasiona a expansão das grandes propriedades e, finalmente, a venda pelo trabalhador de suas terras, uma vez que o mesmo não possui recursos financeiros para capitalizar-se.

Com isso esse trabalhador destituído de terra e meios de produção passa a fazer parte de um exército de reserva, ocasionando um rebaixamento no valor de sua força de trabalho, tornando essa categoria cada vez mais pauperizada e miserável.

É importante que fique claro que esse fato não é uma afirmativa final, visto que são encontradas na estrutura brasileira unidades familiares capitalizadas nas quais seus membros não podem ser definidos como assalariados, mas sim como membros integrantes de uma unidade produtiva que tem como base o trabalho familiar, no qual as pessoas estão unidas através de um grau de parentesco.

Em relação à empresa agrícola capitalista, “esta tende a especializar-se em determinados ramos específicos de produção como fruticultura, avicultura, o reflorestamento, a pecuária e o cultivo da cana-de-açúcar [...] os ramos menos específicos são de responsabilidade do setor tradicional” (SORJ, 1986, p.128).

O setor tradicional apresenta uma maior variedade de forma, visto que aqui se encontram aqueles que trabalham em terra própria, aqueles que pagam uma renda - com parte de sua produção - aos donos da terra para cultivá-la, os parceiros e posseiros. A maior característica desse setor é a presença de trabalhadores híbridos, trabalham em suas terras, mas também vendem sua força de trabalho seja para outros estabelecimentos rurais ou para as áreas urbanas (SORJ, 1986).

Esse setor tradicional tende a assumir uma dupla característica, de um lado, como exército de reserva, fornecendo temporariamente mão-de-obra para a produção capitalista e,

de outro lado, campesinato capaz de auto-sustentar-se e de promover sua própria subsistência (SORJ, 1986).

Um outro ponto importante a ser ressaltado neste trabalho é o processo de integração entre a produção agrícola ao complexo agroindustrial. “Esta marca seu surgimento no Brasil apenas no início da década de 1960, quando foram implantadas as primeiras indústrias de máquinas e insumos agrícolas” (SORJ, 1986, p. 35).

O que favoreceu o surgimento dos complexos agroindustriais foi o aumento da demanda por insumos agrícolas e máquinas modernas na década de 50, quando se difundiu a “*Revolução Verde*”, que estimulou as indústrias a buscarem um novo espaço para valorização de seu capital (SORJ, 1986).

A agroindústria pode atuar como um instrumento que modifica o processo produtivo da agricultura através do avanço tecnológico ou pode atuar sem necessariamente modificá-la. Por exemplo, se o complexo agroindustrial age apenas como comprador ou fornecedor de insumos não efetuará modificações significativas no processo produtivo, mas se a agroindústria é um agente que cede e auxilia no manuseio de uma determinada tecnologia, esta é um agente modificador.

São identificados três modos de integração entre a produção agrícola e os processos de comercialização: há as agroindústrias integradas, caracterizadas pela realização do processo de produção, industrialização e comercialização em sua própria unidade física. Há a semi-integração da pequena produção agrícola, na qual a produção é efetuada no estabelecimento dos produtores e as agroindústrias têm controle técnico - essas dizem como, quando e o que produzir - e financeiro da produção e, depois, efetuam a compra da produção, sendo o preço fixado com antecedência.

E, por último, há a integração entre a pequena produção capitalizada e a agroindústria. Nesta uma das características principais é a união de pequenos agricultores independentes capitalizado através de uma cooperativa. Este grande passo representa uma forma dos produtores se protegerem da apropriação excessiva dos excedentes dos mesmos pelas agroindústrias, criando suas próprias plantas industriais e sistema de comercialização.

Abramovay (1992) também identifica a presença e importância da agricultura familiar para o desenvolvimento da própria agricultura e até de uma nação, como é o caso dos países capitalistas avançados. O mesmo constatou através de seus estudos, que a Europa e os Estados Unidos possuem como característica marcante a persistência da agricultura familiar e sua capacidade de enfrentar os obstáculos para cumprir as exigências do mercado.

1.2.4 Estado, capitalismo e agricultura familiar modernizada.

De acordo com Abramovay (1992), é notória a importância da agricultura familiar camponesa nos países avançados - em especial em países como os Estados Unidos e alguns países da Europa - na qual a agricultura familiar tende a permanecer e ser considerada uma das grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico.

Alguns pensadores acreditavam na existência de uma estrutura agrária bimodal, particularmente nos Estados Unidos, que se compunha, “de um lado, de um setor altamente capitalizado que utilizava apenas mão-de-obra assalariada; e, de outro, havia uma estrutura de baixa competitividade e expressão comercial, neste caso caracterizada pela agricultura familiar” (ABRAMOVAY, 1992, p.152).

Segundo este autor, estudos realizados a nível regional, a fim de fazer um mapeamento da produção familiar nos Estados Unidos, verificaram que as propriedades familiares concentram-se na região central do país, onde há uma maior incidência de desenvolvimento e mecanização da agricultura. Evidenciando, portanto, que a produção familiar é compatível com a modernização tecnológica.

Além deste fato, estudos comprovaram que estabelecimentos agrícolas com tamanhos médios vêm aumentando sua participação nas vendas em proporção maiores que as vendas das grandes *farms*⁵” (ABRAMOVAY, 1992, p.153). Dessa forma, o fenômeno da eliminação daquelas classes econômicas e a elevação dos grandes estabelecimentos não se verificam na estrutura agrária norte-americana.

Na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, o processo de mecanização em muito se acentuou gerando enormes ganhos de produtividade, além de causar um aumento no número de trabalhadores assalariados temporários e diminuição no número de assalariados permanentes. Mas este acontecimento não se deu de forma homogênea na Europa, devido a diferenças geográficas e culturais as regiões apresentaram diversidades⁶.

⁵ *Farm*, expressão em inglês utilizada por Abramovay que significa fazenda; estância.

⁶ Em algumas regiões, a mecanização ocasionou a diminuição do uso de mão-de-obra assalariada permanente, como ocorreu na França e na Dinamarca, mas em outras regiões da Europa houve um aumento de assalariados, este fato também ocorreu em algumas regiões dos Estados Unidos. Mas de maneira geral o agricultor tende a trabalhar cada vez mais sem a ajuda de trabalhadores assalariados (ABRAMOVAY, 1992, p.187).

Nesse período houve também uma diminuição da população que se dedicava a atividades agropecuárias⁷. Muitas pessoas na Grã-Bretanha exerciam atividades assalariadas não-agrícola, mas continuavam exercendo a profissão de agricultor o que demonstra o grau de importância dessa profissão para os membros desta sociedade. E este evento misto entre atividades não-agrícolas e atividades agrícolas, não indicavam em nenhuma hipótese sinônimo de pobreza (ABRAMOVAY, 1992).

Esse fato evidencia a permanência do caráter familiar na moderna agricultura nos países avançados, que pode ser explicada em parte pela herança cultural e tradicional das famílias do campo que repassam de geração para geração a profissão de agricultor, mas, principalmente, pelo suporte oferecido pelo Estado através das políticas agrícolas.

O Estado teve e tem um importante papel na configuração da estrutura agrícola desses países desenvolvidos, uma vez que o mesmo atuava por intermédio de políticas específicas, entre as quais se incluíam os créditos rurais, a regulação da oferta dos produtos, das políticas de renda para agricultura, dos preços agrícolas para o consumidor ou da administração do êxodo rural.

Além disso, o Estado interferia na organização dos mercados, na tecnologia empregada pelos agricultores e na estrutura fundiária, atuando como um regulador da agricultura e do mercado (ABRAMOVAY, 1992).

Além desses, existe outro fator que faz com que o agricultor continue em sua atividade, ou seja, a valorização fundiária. É irrefutável a importância do papel da agricultura em rebaixar os preços agrícolas, permitindo assim uma transferência intersetorial de renda. Há um forte indício de que essa renda se transfira para a agroindústria, mas também pode ser repassada para comerciantes ou usuários que se beneficiam de uma cadeia de intermediação.

A teoria da *tesoura dos preços*⁸ mostra o efeito negativo em que este processo de penetração do capitalismo causa para agricultura, ao submeter esta categoria a uma desvantagem em relação à indústria, uma vez que esta compra alimentos e matérias-primas para agricultura e, esta, em contrapartida, compra insumos, máquinas e equipamentos para aquela.

A diferença de preço entre insumos naturais e insumos industriais revela a desvantagem da agricultura frente à indústria. São várias as tentativas intelectuais de diversos

⁷ Este processo denomina-se “êxodo agrícola”. Ver a respeito, Abramovay (1992, p.183).

⁸ A expressão *tesoura dos preços* foi utilizada por Guimarães (1979, p.14), para caracterizar a tendência desvantajosa para os produtores agrícolas, em comparação com os preços industriais, mais sucintamente, a transferência de renda destes para a indústria com o progresso técnico e através da integração de produtores agrícolas a complexos agroindustriais.

pensadores de tentar responder a persistência de um agricultor em se submeter a uma atividade econômica aparentemente pouco vantajosa.

O progresso técnico e as inovações tecnológicas permitem alcançar uma diminuição nos custos dos fatores e uma situação melhor em relação aos concorrentes. No entanto, quando esta nova tecnologia é dissipada, a oferta aumenta e os preços caem, eliminando os lucros obtidos pelos inovadores iniciais, que consomem esse lucro com a aquisição de terras de agricultores retardatários que não obtiveram vantagens com a inovação e se encontram na necessidade de sair do mercado.

Essa situação seria de um todo verdade se não houvesse a existência do Estado como um regulador do mercado fazendo com que a renda agrícola se mantivesse. Logo, esta afirmação pode revelar que os autores da inovação poderiam manter-se em uma situação privilegiada em relação aos demais concorrentes, posto que a imitação de sua tecnologia não implicaria necessariamente em uma baixa nos preços. (ABRAMOVAY, 1992).

O ponto que esclarece essa questão é o mercado de terras, pois os agricultores sentem-se estimulados a investir cada vez mais, devido aos ganhos com uma renda extraordinária obtida com a inovação, elevando os custos dos fatores, entre eles a terra que é um bem escasso, extinguindo assim a renda auferida por esses agricultores, consumindo-a na compra de terras (ABRAMOVAY, 1992).

Segundo Abramovay (1992) o Estado mantém um controle da renda agrícola até um ponto em que a oferta agrícola seja mantida, não impedindo que os níveis de preços se adaptem aos novos custos originados do progresso técnico. Logo, a valorização da terra é a única que ganha com tudo isso, visto que com a sustentação dos preços efetuados pelo Estado pode-se compensar as perdas derivadas da regulação estatal dos preços agrícolas.

Com isso, a valorização fundiária ocasionada pelo progresso tecnológico é a outra razão que faz com que o agricultor permaneça em sua atividade e prefira se abster de uma renda presente para obter uma renda futura através da valorização do seu patrimônio ocasionado por um progresso tecnológico.

As conclusões de Abramovay (1992) foram decisivas para a compreensão das possibilidades de contribuição da agricultura familiar para o processo de desenvolvimento econômico e social no meio rural brasileiro.

Por outro lado, os novos aportes teóricos sobre a questão ambiental contribuíram para a emergência dos fundamentos de um novo paradigma, o desenvolvimento sustentável e, em particular, o desenvolvimento local sustentável, no qual a prudência ecológica e a agricultura familiar ocupam uma posição destacada.

1.2.5 Prudência ecológica e desenvolvimento local.

Paralelamente às mudanças ocorridas na agricultura, entre o final da década de 60 e o início da década de 1970, começam a surgir *novos paradigmas* e, conseqüentemente, novas propostas de desenvolvimento. Um dos fatos que contribuíram para repensar o antigo paradigma foi à emergência da crise do petróleo - juntamente com o declínio do antigo paradigma central - que teve como conseqüência a crise energética sinalizando para o mundo que os recursos naturais eram esgotáveis (BUARQUE, 2002).

Nessa fase, o paradigma dominante, o fordismo, com seu lema “sociedade de consumo”, passou a entrar em crise e sofreu graves abalos, principalmente no que tange aos seus postulados centrais⁹. A partir deste momento as preocupações com o futuro da humanidade e com a preservação ambiental tornaram-se mais presentes entre pensadores e cientistas.

Desta preocupação com a humanidade e seu futuro foram efetuados vários encontros internacionais, no âmbito dos quais surgiram o Clube de Roma, a Conferência das Nações Unidas, a ECO-92 e o Relatório de Brundtland. Todos esses encontros tinham como pano de fundo a busca de respostas e soluções para as crises econômicas, sociais e ambientais enfrentadas pela humanidade no decorrer das últimas décadas.

O conceito de *Desenvolvimento Sustentável* elaborado pela Comissão Brundtland diz que: “desenvolvimento sustentável é aquele no qual as necessidades da sociedade presente devem ser supridas até um ponto no qual as necessidades das gerações futuras não sejam comprometidas” (BUARQUE, 2002, p. 59).

O modelo de crescimento não se mostrava mais sustentável, uma vez que uma grande crise energética e social – dada a grande disparidade social – se alastrava pelo mundo, revelando o esgotamento do antigo modelo de desenvolvimento.

⁹ Os postulados centrais do fordismo consistiam em: crescimento extensivo; economia de escala; abundância de recursos naturais; competitividade baseada em mão-de-obra barata; aumento da produtividade, salário e emprego; consumo em massa e Estado do Bem-Estar social. Ver BUARQUE, 2002, p.18.

Esse novo paradigma estava associado a um processo acelerado de globalização com a integração econômica. A teoria acerca do desenvolvimento local emerge desse contexto, cujos postulados centrais do antigo paradigma entram em declínio e o processo de globalização e integração dos mercados está em ascensão. Buarque (2002) define desenvolvimento local como:

[...] um processo endógeno de mudanças que ocasiona dinamismo e melhoria na qualidade de vida de um determinado agrupamento humano. Sua consistência está baseada na exploração das potencialidades locais, no aumento da competitividade local, na conservação dos recursos naturais e na elevação das oportunidades sociais de sua população (BUARQUE, 2002, p.25).

No entanto, para que este ocorra é necessário que um determinado local ou comunidade supere sua dependência histórica e passe a construir uma economia independente, dinâmica, eficiente e competitiva. Para isso, a existência de uma gestão pública eficiente assume um papel primordial, que consiste em possibilitar a acumulação de um excedente edificado pela própria comunidade local, a fim de que essa comunidade obtenha um certo grau de independência. Só através de um conjunto de fatores como eficiência econômica, qualidade de vida e gestão pública eficiente poder-se-ia alcançar o desenvolvimento local (BUARQUE, 2002).

Os agentes locais têm que procurar explorar ao máximo suas potencialidades competitivas, buscar novas potencialidades sempre que possível, ou seja, concentrar-se na competitividade local, pois com isso poderão atrair externalidades positivas através de investimentos produtivos como: infra-estrutura, educação, integração econômica, etc.

Os atores locais e a sociedade são em parte responsáveis pela construção dessa competitividade e aumento de suas potencialidades, uma vez que é através de sua mobilização, união e estruturação, que se decide a prioridade e a especialidade na qual se pretende explorar. “O desenvolvimento local está intimamente associado à mobilização e iniciativas inovadoras de uma determinada coletividade” (BUARQUE, 2002, p.30).

É necessário que a sociedade ou comunidade em questão estejam sempre atentas às mudanças externas e ao impacto que estas podem causar na sua estrutura interna, a fim de que a mesma possa mobilizar-se e adaptar-se a nova situação, buscando criar um ambiente inovador¹⁰ e capaz de absorver experiências com as novas condições impostas por um determinado fator externo (BUARQUE, 2002).

¹⁰ O ambiente de inovação (*milieu innovateur*) é um conjunto territorializado e aberto para o exterior que integra conhecimentos, regra e um capital relacional. Ele é ligado a um coletivo de atores, bem

Segundo Buarque (2002, p. 31), “o desenvolvimento local jamais poderá ser dissociado dos acontecimentos externos e globais, uma vez que esses acontecimentos podem causar modificações e inovações no ambiente local”. O local tem que ser visto como um elemento que pode influenciar e ser influenciado pelo ambiente externo.

Em um processo no qual o mercado se encontra uniformizado a única forma de se sobressair dele é ou através da inovação ou da valorização das especificidades. Através das vantagens competitivas um determinado local ou comunidade pode alcançar a diversidade dentro de um contexto homogeneizado e, conseqüentemente, alcançar sua valorização (BUARQUE, 2002).

O local ao se globalizar pode abrir novas vantagens competitivas através da entrada no comércio internacional, fazer alianças, franquias etc. Fazer com que pequenos negócios se integrem a grandes mercados.

Em sua obra, Buarque (2002) também dá enfoque a outra forma de desenvolvimento local, neste caso, o desenvolvimento comunitário, definindo o como:

[...] uma forma particular de desenvolvimento local, na qual a comunidade vincula-se a projetos locais que normalmente são destituídos de estrutura política-administrativa e institucional, mas que tende a apresentar um elevado grau de homogeneização social-econômica e de organização e participação comunitária (BUARQUE, 2002, p. 33).

No caso específico do Projeto de Assentamento Vale do Lírio, que será objeto de análise nesta monografia, o foco de análise é a inovação e a articulação entre os produtores familiares modernizados e a agroindústria por intermédio de sua respectiva associação que firma contrato de produção.

Este trabalho parte da utilização das formulações teóricas de Sorj (1986) para mostrar que desse processo de modernização emergem distintas formas de organização da produção familiar, isto é, produção familiar tradicional e produção familiar capitalizada. E do pressuposto defendido por Abramovay (1991), quanto à modernização da agricultura familiar e a importância da intervenção estatal.

Por outro lado, utiliza como referência o conceito de desenvolvimento local sustentável para aferir em que medida a experiência de integração com a agroindústria está compatível com esse tipo de desenvolvimento, tomando como estudo de caso o assentamento

como de recursos humanos e materiais. Ele não constitui em nenhum caso um universo fechado, ao contrário, ele está em permanente relação com o ambiente exterior (BUARQUE, 2002, p. 31).

rural denominado de Vale do Lírio, localizado no município de São José de Mipibu, no Estado do Rio Grande do Norte.

2 O PROJETO VALE DO LÍRIO E SEUS ATORES: ORIGEM, EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL.

Como foi visto no capítulo anterior, são várias as posições acerca da agricultura familiar e da tão debatida questão agrária. Alguns associam a agricultura familiar, ou, mais especificamente, o campesinato, a um resíduo social, isto é, um setor em extinção e de pouca importância para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Nesta perspectiva, o progresso tecnológico e, como consequência, o aumento da produtividade, só poderão advir de um setor capitalista modernizado e baseado no trabalho assalariado.

A teoria que identifica a agricultura familiar como “resto social” converge com a concepção de que a questão agrária brasileira é um problema social que nada tem a ver com produção, modernização tecnológica ou desenvolvimento de um país. Deduz-se, assim, que os agricultores familiares, vistos por alguns como símbolos da produção tradicional, devem ser tratados como tais e não como um segmento capaz de desenvolver-se de maneira produtiva e modernizada. Por conseguinte, a questão agrária é um problema a ser tratado fora da alçada produtiva.

A verdade é que o acesso à terra, o processo de modernização e a capitalização da agricultura familiar podem dar respostas econômicas e sociais, como pode ser observado nas experiências existentes no próprio campo brasileiro, notadamente no Centro sul e no Sul do país, onde a agricultura familiar modernizada assumiu uma posição destacada.

Esses são fatos verídicos que alguns críticos relutam em aceitar, fazendo com que o ceticismo dominante - que limita sua retórica à subordinação e à proletarianização do homem do campo e, de outro lado, ao surgimento da burguesia rural - impeça que se enxergue as mudanças que vêm ocorrendo na agricultura brasileira.

A compreensão dessas mudanças requer, portanto, a análise da estrutura sócio-econômica e das relações de trabalho que se configuram no processo de integração da agricultura à indústria, pois é esse processo de integração que provoca o surgimento de diversas formas de produção que interagem entre si e com a indústria *à montante* e *à jusante da agricultura*.

O Projeto de Assentamento Vale do Lírio, localizado no município de São José de Mipibu, no Estado do Rio Grande do Norte, é, antes de tudo, um exemplo real de uma dessas experiências, cujo processo de reforma agrária, advindo da luta pela democratização da terra e

pela capitalização da agricultura familiar realizou respostas favoráveis nos âmbitos econômico e social, diferentemente do que preconizam as teorias relativas à proletarização no campo.

Na realidade, a experiência que foi tomada como objeto de estudo neste trabalho demonstra que as mudanças ocorridas naquele assentamento levaram à criação de uma estrutura econômica e social complexa formada por três categorias sociais: a produção familiar modernizada – que utiliza as tecnologias mais avançadas de irrigação -, e que se integra com uma grande empresa exportadora de frutas “*in natura*”. Há a agricultura familiar que produz para o seu próprio consumo e que vende o excedente para os intermediários mercantis; e, finalmente, a agricultura de tempo parcial, na qual os membros da família trabalham como assalariados nas sedes dos municípios vizinhos ou no próprio assentamento, e cultivam alguns produtos alimentares para o próprio consumo e para venda.

Para melhor caracterização do objeto de estudo, será efetuada uma caracterização dos antecedentes e da situação atual do assentamento, e, em seguida, será realizada uma análise dos grupos existentes no assentamento, a fim de evidenciar e ressaltar as suas principais especificidades, de modo a permitir uma visualização da composição e da dinâmica desses grupos existente no assentamento.

Ressalta-se que muitos dos dados utilizados têm como base a pesquisa realizada pela Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACC) em Junho de 2004 e nas pesquisas exploratórias efetuadas pela autora do trabalho no local junto a presidentes das associações, moradores e a representante da CALIMAN NORDESTE S/A.

2.1 ASPECTOS GERAIS DO ASSENTAMENTO VALE DO LÍRIO

Os itens a seguir estarão relacionados à caracterização do objeto de estudo. No primeiro ponto será realizada a contextualização histórica do assentamento, em seguida serão mostrados aspectos gerais como: saúde, educação, infra-estrutura básica e; por fim, serão expostas as características específicas dos grupos existentes nesse assentamento.

2.1.1 Breve histórico

Este assentamento - antes denominado de Fazenda Novo Horizonte -, está localizado no município de São José de Mipibu, nas proximidades da BR – 101 e às margem da RN – 02 que dá acesso ao município de Monte Alegre pela margem direita. Possui uma área de 328,6 hectares de terra - segundo vistoria realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O Sindicato dos Trabalhadores de São José de Mipibu foi o precursor da conquista da terra através da denúncia de um imóvel improdutivo, denominado “Fazenda Nova Horizonte”. Depois houve a ajuda do Movimento dos Sem-Terra (MST) que organizou toda a mobilização¹¹, a fim de pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a realizar a desapropriação do imóvel improdutivo.

Após a vistoria do INCRA, que decretou a terra como improdutiva, foi realizada a desapropriação por interesse social, e deu-se início ao processo de assentamento em 1998, através da portaria INCRA/SR-19 n° 58, e, posteriormente, à imissão de posse. O Projeto de Assentamento Vale do Lírio foi implantado em 2000 tendo contado, a partir daí, com a ajuda de várias instituições, sobretudo no que se refere à organização do projeto¹².

O pagamento da terra, a definição das áreas comuns, a construção das residências, a perfuração dos poços, as aberturas de caminhos de acesso no assentamento, a construção dos galpões para armazenamento de insumos, máquinas e equipamentos foram financiados pelo INCRA, com recursos não reembolsáveis, originados do Orçamento da União. A eletrificação e a construção de caixas de água foram financiadas pelo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Rio Grande do Norte (PCPR/RN)¹³.

O assentamento é parcelado, existindo espaços destinados ao plantio e cultivo de lavouras nas áreas coletivas. Existem também lotes individuais para cultivos, onde as famílias

¹¹ “O Movimento dos Sem-Terra limitou-se apenas ao apoio logístico no início do processo de ocupação” (SILVA, João, 2003, p.52). Apesar da participação pouco expressiva deste Órgão, sua colaboração foi importante para a continuação do processo.

¹² As instituições que contribuíram par o projeto foram: Ministério do desenvolvimento Agrário – criou o programa parceria e mercado; Ministério da Agricultura e Abastecimento – foi o gestor das Políticas Agrícolas; Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária – gestor da Política de reforma Agrária e o Serviço de Apoio a Projetos de assentamento Comunitários (SEAPAC - diocese) como prestadora de serviço do Projeto LUMIAR e a Federação de Trabalhadores Rurais na Agricultura no Rio Grande do Norte- acompanhou o andamento dos projetos de assentamento (SILVA, João, 2003, p.52).

¹³ Trata-se de um programa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que conta com financiamento do Banco Mundial.

podem plantar livremente o que desejarem, além de uma área urbana onde ficam as casas, denominada de espaço comunitário e uma parte da propriedade, legalmente fixada em 15%, dedicada à reserva florestal.

Em resumo, “a área do assentamento corresponde a 210 hectares de terra, divididos da seguinte forma: 120 hectares para o plantio de mamão; 42 hectares para cultivos de subsistência; e, 30 hectares destinados à reserva legal, sendo o restante para outros usos” (SILVA, João, 2003, p.55).

No início do processo de conquista da terra havia cerca de 134 (cento e trinta e quatro) famílias pretendentes ao assentamento; dessas, 89 (oitenta e nove) foram cadastradas para o recebimento de parte da terra; no entanto, apenas 62 (sessenta e duas) passaram a residir no assentamento Vale do Lírio. A maioria das famílias assentadas é oriunda de municípios vizinhos e normalmente são pessoas que anteriormente trabalhavam em fazendas ou atividades agrícolas.

2.2 ASPECTOS POPULACIONAIS

A população geral soma um total de 263 (duzentos e sessenta e três) pessoas, das quais 56% são representadas por homens, e 44% por mulheres. A maioria da população é formada por jovens com até 21 (vinte e um) anos, representando cerca de 46% da população total. As famílias têm em média 04 (quatro) pessoas residentes em domicílios e um número que varia de 02 (dois) a 04 (quatro) filhos.

2.3 EDUCAÇÃO

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2004)¹⁴, sobre os impactos dos projetos comunitários no meio rural do Rio Grande do Norte, a inexistência de escolas é considerada pelos trabalhadores assentados no Vale do Lírio como uma das principais dificuldades, já que as crianças têm que se deslocar para municípios próximos ou cidades vizinhas.

¹⁴ BRACERAS, Fidel *et alii*. **Gestão do desenvolvimento local: experiências exitosas no Rio Grande do Norte**. Natal: IICA, 2004.

Apesar dessas dificuldades, as crianças e adolescentes freqüentam os estabelecimentos de ensino. Muitas delas se dirigem para uma comunidade rural denominada Arena, que fica a 11Km do assentamento. Ali elas podem cursar até a 8ª série e, caso necessitem cursar o Ensino Médio, dirigem-se para o município de São José de Mipibu, que fica a 13 Km de distância. O acesso à escola se dá através de um ônibus cedido pela prefeitura de São José de Mipibu.

Tabela 1 – Nível de escolaridade dos jovens no Projeto Vale do Lírio, 2004

Nível de escolaridade	Número	%
Ensino fundamental	68	93,2
Ensino médio	05	6,8
Total	73	100,0

Fonte: (ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO, 2004 a)

A tabela acima mostra a incidência dos jovens que freqüentam os bancos escolares. Percebe-se que a grande maioria desses jovens cursa o Ensino Fundamental, mas também há jovens que interromperam os estudos devido à ocupação em atividades agrícolas.

Em relação ao nível de escolaridade dos adultos constata-se a baixa freqüência destes nas escolas, evidenciando que 53% dos responsáveis pelo lote freqüentaram até a 4ª série (ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO, 2004 a).

Segundo Braceras (2004, p.101), o grau de escolaridade dos adultos residentes no Assentamento Vale do Lírio é muito baixo, indo até a 4ª série do Ensino Fundamental, tornando-se uma grande preocupação por parte dos movimentos dos trabalhadores que passaram a reivindicar a criação de escolas e cursos de alfabetização para adultos.

Dada a essa insuficiência escolar, nos primeiros anos de implantação do assentamento foi realizado um curso de alfabetização para jovens e adultos, em um período de seis meses, bem como um processo de capacitação, por intermédio de um projeto que prestava assessoramento técnico aos trabalhadores assentados, denominado Projeto Lumiar. Entretanto, esse tipo de atividade foi paralisado com a extinção do Projeto Lumiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que era o responsável pelo seu financiamento.

2.4 SAÚDE

O assentamento não dispõe de postos de saúde, mas sempre que necessário as famílias dirigem-se aos municípios mais próximos em busca de cuidados médicos. Os postos de saúde procurados pela população ficam em município ou comunidades vizinhos, como, por exemplo, a comunidade de Arena, que dispõe de atendimento odontológico, curativos, aplicação de injeções e entrega de medicamentos. O posto em questão também oferta orientação quanto à saúde preventiva e distribui anticoncepcionais e preservativos.

No que diz respeito ao abastecimento de água, o assentamento é servido com água encanada e tratada com fluoreto de potássio (cloro) e distribuída para todas as casas. Nas residências algumas famílias utilizam filtros para retirarem alguma impureza que possa existir na água, e outras não utilizam nada por acharem que o tratamento efetuado antes de chegar em sua casa já é suficiente.

2.5 INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BÁSICA

O assentamento dispõe de moradias para toda a população com casas feitas de alvenaria, em média com três cômodos, sendo que algumas casas foram modificadas e ampliadas pelas próprias famílias mediante suas necessidades. A moradia foi uma das primeiras condições que foi solicitada pela empresa CALIMAN S/A para implantação do projeto de parceria para implantação da moderna agricultura irrigada no assentamento Vale do Lírio, uma vez que era necessária a presença da família e seus respectivos agricultores perto de seu local de trabalho, no caso a lavoura. A fotografia abaixo ilustra as condições habitacionais desses assentados após a reforma agrária e o projeto de assentamento:



Fotografia 1 – Vista frontal da moradia dos assentados, Vale do Lírio, 2004

O projeto de assentamento ofereceu uma melhor qualidade habitacional para estes assentados, visto que os mesmos antes do projeto moravam em barracos feitos de madeira situados à margem da RN – 02 com acesso a Monte Alegre.

O assentamento é abastecido por uma caixa de água construída pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN). Todo o assentamento possui eletrificação tanto nas moradias quanto ao longo das áreas dos projetos. Existem estradas que cortam o assentamento de um lado a outro facilitando assim o acesso a vários pontos. Ver fotografia abaixo:



Fotografia 2 – Vista de uma das estradas que corta o assentamento, Vale do Lírio, 2004

O sistema de transportes é bem favorável e de ótima localização, facilitando a ida e a vinda dos assentados para diversos destinos. Em termos de comunicação não há orelhões

públicos, sendo necessária a locomoção para regiões próximas ou a utilização de aparelhos celulares existentes no local em questão. Há um campo de futebol para lazer da população e está sendo construída uma igreja.

De maneira geral, a população assentada, no que diz respeito aos aspectos sociais como: educação, saúde e infra-estrutura básica, encontra-se toda em situação similar. Os filhos dos proprietários dos lotes têm acesso às escolas; todos os assentados freqüentam os mesmos postos de saúde ou hospitais quando necessário. Enfim, as condições de moradia, transportes, abastecimento de água e lazer são iguais para todos.

Portanto, se for implantada alguma melhoria em uma destas variáveis como construção de escolas, quadra de esportes, igrejas, criação de postos de saúde e instalação de orelhões, todos serão igualmente beneficiados, visto que esses serviços de utilidade pública têm por objetivo criar o maior número de externalidades positivas.

Contudo no que tange à organização da produção e à organização social, já se verifica um elevado grau de diferenciação entre os assentados, comparativamente ao início do assentamento, quando todos eram trabalhadores sem terra, em especial no que se refere aos processos de articulação do assentamento com a indústria *à montante*, na aquisição de máquinas, insumos e equipamentos agropecuários, e, *à jusante*, com a empresa integradora e com os intermediários mercantis.

Por essas razões, torna-se necessário distinguir os grupos de acordo com os projetos agrícolas dos quais participam, ou seja, o grupo de famílias que se integrara com a CALIMAN AGRÍCOLA S/A, voltado para a produção de mamão papaya; o grupo das famílias que se integraram aos intermediários mercantis e à CONDADO AGROEXPORTADORA LTDA para efetuar a comercialização do inhame produzido no assentamento; e, o grupo de famílias que não possui parceria com empresas agropecuárias, não participam de projetos agrícolas, trabalha como assalariado no assentamento e produz para complementar o consumo familiar.

Essas integrações causaram modificações no local, principalmente no âmbito econômico e nos meios de vida da população assentada. Então, a partir dos próximos itens, essas famílias serão separadas por grupos, cujas características peculiares de cada um desses grupos serão apresentadas de forma isolada.

Como explanado anteriormente, o trabalho em questão tem como fonte de consulta o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vale do Lírio (SJM) pesquisa realizada pela Associação de Apoio as Comunidades do Campo (AACCC).

Na pesquisa efetuada pela AACC em 2004, foram entrevistadas 30 (trinta) famílias que estão integradas no projeto de irrigação da cultura do mamão; 11 (onze) famílias do projeto do inhame; e, 05 (cinco) famílias que não se agregaram a nenhum projeto.

2.6 ANÁLISE DOS GRUPOS SEGUNDO O TIPO DE INTEGRAÇÃO

O primeiro grupo analisado constitui-se naquele que efetuou parceria com uma grande empresa de comercialização e exportação, denominada CALIMAN AGRÍCOLA S/A. Este foi o primeiro projeto de produção agrícola irrigada e integração agroindustrial que surgiu no Vale do Lório. De início todas as 62 (sessenta e duas) famílias assentadas aderiram ao projeto, mas depois algumas optaram por sair e ficaram apenas 39 (trinta e nove) famílias¹⁵.

O segundo grupo a ser estudado é composto por catorze famílias e, corresponde àqueles que cultivam inhame para venda a intermediários ou empresas; e, o terceiro grupo, é constituído por cinco famílias destituídas de projetos agrícolas, como veremos nos itens a seguir.

2.6.1 Organização política e institucional dos produtores de mamão

Os assentados que se dedicam à produção de mamão papaya praticam agricultura irrigada com alto nível de tecnologia, compreendendo ferti-irrigação, condução da água sob pressão e micro-aspersão. Para a implantação desse projeto foi de suma importância a organização dos trabalhadores familiares assentados em uma associação - denominada de Associação dos Produtores do Vale do Lório (ASVALI) - para a formalização dos contratos com a empresa CALIMAN NOREDESTE S/A. A associação criada possui registro dos assentados, com CNPJ, livro de ata, livro de presença e estatuto.

A CALIMAM AGRÍCOLA S/A é uma empresa que possui sua matriz na cidade de Linhares no estado do Espírito Santo, e devido a instabilidade no clima daquela região e suas conseqüências negativas sobre a produção, esta empresa dirigiu-se para o Nordeste, onde o clima é mais favorável ao cultivo de mamão e onde havia mão-de-obra disponível para efetuar parcerias.

¹⁵ A quebra de contrato entre assentados com a CALIMAN AGRÍCOLA S/A implica em um ônus de R\$ 300 (trezentos reais) por pessoa.

Considerando que o Vale do Lório reunia essas condições, estabeleceram-se as negociações que culminaram com a assinatura do contrato entre a CALIMAN e a Associação por tempo indeterminado. Em resumo pode-se afirmar que foram acordadas as seguintes obrigações entre as duas partes, isto é, os trabalhadores assentados, por intermédio da sua respectiva associação, e a CALIMAN S/A:

- a) a empresa se responsabiliza pelo fornecimento das sementes para o plantio do mamão papaya sem o acréscimo de nenhum ônus para os assentados;
- b) a empresa se compromete pela compra da produção dos parceiros integrados e assentados;
- c) os assentados, por sua vez, teriam que manter as instalações, os equipamentos, as máquinas e caminhos de acesso em bons estados de conservação.

O tipo de negociação realizada entre a empresa e os assentados do Vale do Lório por meio de associação é bem exposta nas palavras de um dos representantes da CALIMAN NORDESTE, na qual o mesmo afirma "[...] a empresa entra com transferência de tecnologia, assistência técnica e garantia de compra em contrato. De contra partida nosso parceiro tem que ter disponibilidade de mão-de-obra, de terra e de recurso".

Quanto ao nível de organização dos membros do assentamento pode-se perceber que os mesmos se organizam por meio de sindicatos e associações, ressalta-se que foram utilizados os questionários cedidos pela AACC para a construção da tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição dos assentados segundo o tipo de organização ao qual são filiados, Vale do Lório, 2004

Tipo de organização	Número de sócios	%
Sócios apenas da associação	04	13,33
Sócios apenas do sindicato/ não associado	01	3,33
Sócios da associação e do sindicato	25	83,33
Total	30	100,0

Logo, pode-se observar que 83,3% das pessoas assentadas entrevistadas que fazem parte do projeto do mamão participam do sindicato e da associação. Esse elevado percentual de assentados que possuem vínculos com o sindicato, pode ser explicado pelo interesse dos membros assentados pela desapropriação da terra, uma vez que foi o Sindicato dos

Trabalhadores de São José de Mipibu a primeira organização a se mobilizar em torno dessa causa.

Em relação ao nível de assentados que são associados, este fato é explicado pela necessidade da formalização dos contratos entre os membros da parceria e a empresa de comercialização.

De maneira geral a tabela acima expõe um elevado grau de organização por parte dos assentados que aderiram ao projeto de produção do mamão e que estão integrados a CALIMAN S/A.

Apesar de não haver no local uma assembléia ou espaço específico para discussão acerca dos problemas existentes no assentamento e na produção, quando é necessária a convocação de alguma reunião, os assentados se reúnem em alpendres existentes nas casas ou no galpão onde armazenam equipamentos e produtos químicos. Em síntese, a associação executa suas funções de acordo com um calendário de atividades da cultura explorada.

Quanto ao processo de decisão por intermédio da associação, o gráfico abaixo expõe as opiniões dos associados quanto ao poder de decisão dos membros associados - para a elaboração do gráfico abaixo foram utilizados os dados contidos nos questionários aplicados pela AACCC no assentamento em questão.

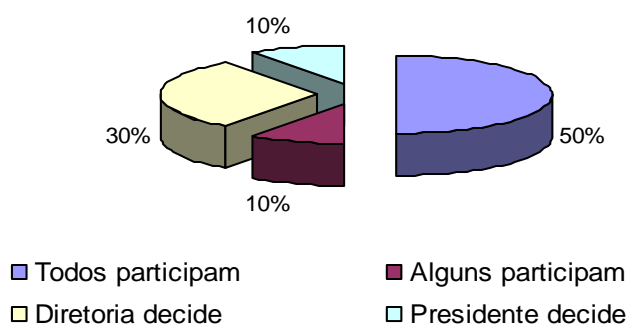


Gráfico 1 – Nível de participação dos associados nas decisões/ mamão - 2004

De um total de trinta pessoas entrevistadas, 50% consideraram que todos participam do processo de decisão na associação. Esse percentual evidencia que existe uma participação dos associados na tomada de decisão junto à associação quanto à produção do mamão. Quanto

à avaliação da existência e colaboração da associação, no que diz respeito ao cumprimento de suas funções, 54% dos associados avaliam que é bom o desempenho da associação (ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO, 2004 b).

2.6.2 Características econômicas dos produtores de mamão

Para implantação do projeto do mamão irrigado por meio da integração dos produtores assentados com a empresa de comercialização e exportação, foram necessários investimentos na montagem das estruturas produtivas, tais como: perfuração de poços, reservatórios de água e outras para a execução da cultura irrigada.

Os recursos utilizados para o financiamento do projeto tiveram origem dos créditos liberados pelo PRONAF “A”¹⁶, que liberou uma quantia de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para dar início ao processo de produção e execução da infra-estrutura necessária ao mesmo. Mas também utilizaram créditos do PRONAF “C”¹⁷ para investimentos em tanques para armazenamento de água, bombas para a distribuição de água na área da produção e mangueiras para irrigação.

Em 2001 foi obtida a primeira produção cultivada em 30 (trinta) hectares de terra e nos anos seguintes, até 2004, foram adicionados mais 15 hectares, consecutivamente, somando um total de 60 hectares de terra cultivada até o ano de 2004. O gráfico abaixo, construído com dados fornecidos pelo representante da empresa CALIMAN NORDESTE S/A através de entrevista, revela a produção anual de mamão nesse assentamento no período entre 2000 e 2004:

¹⁶ PRONAF é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O PRONAF “A” é direcionado para famílias assentadas da reforma agrária que precisam de créditos de investimento e o crédito cedido pode chegar até R\$ 15.000 (quinze mil reais) por família (<http://www.pronaf.gov.br>).

¹⁷ PRONAF “C” consiste em créditos para investimento cedido a agricultores familiares que exploram parcela da terra como posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária. São direcionados para agricultores que possuem uma renda bruta mensal entre 1.500 (mil e quinhentos) a 10.000 (dez mil reais) por família (<http://www.pronaf.gov.br>).

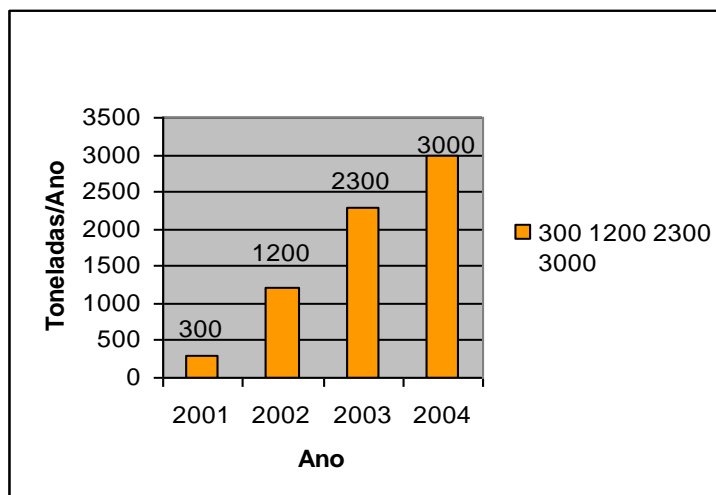


Gráfico 2 – Produção de mamão anual no Vale do Lório 2001-2004

No ano de 2001, em 30 hectares de terra foram produzidas 300 toneladas de mamão papaya; em 2002, foram 1.200 toneladas numa área de 45 hectares; em 2003, a quantidade produzida correspondeu a 2.300 em 60 hectares terra; e em 2004, a previsão da produção era 3.000 toneladas.

De toda a renda líquida originária da venda da produção, 50% são para investimentos e os outros 50% são repartidos de maneira uniforme entre os assentados integrados com a agroindústria. A fotografia abaixo ilustra uma das áreas de plantação do mamão:



Fotografia 3 – Vista da plantação do mamão, Vale do Lório, 2004.

O sistema de irrigação é israelense, um tipo de micro-aspersão na qual se dispõe de um amplo aparato que distribui fertilizantes e adubos via irrigação por gotejamento, tecnologia cedida pela CALIMAN S/A. Fazem uso de um amplo pacote agroquímico e de fertilizantes. Utilizam 05 (cinco) tipos de adubos, e a irrigação é realizada de hora em hora. Segundo o depoimento de um dos líderes dos produtores de mamão:

Nós dizemos como é para fazer as coisas, quer dizer, adubar, limpar, botar o veneno, e eles não obedecem. Os assentados observam, e se não fizer, paga multa, a gente coloca outra pessoa para fazer e quem tem que pagar é o dono do lote.

Existem quatro poços para irrigação da área de cultivo, com vazão de 35 mil litros por hora; 04 sistemas de rede de tubulação com bomba que conduz a água com os adubos para as plantações; 02 (dois) tratores e galpão para armazenamento da produção. Ressalta-se que há o tratamento fitossanitário, e este é realizado pelo tratorista do assentamento, devidamente remunerado, a fim de prevenir a incidência de pragas na plantação.

A assistência técnica é prestada integralmente pela empresa, havendo um técnico disponibilizado pela mesma para os agricultores familiares integrados. A empresa integradora passa todo o processo e manejo tecnológico, e os agricultores integrados executam.

A assistência técnica deveria ser ofertada pelo INCRA através do LUMIAR, mas devido a problemas de gestão dessa assistência, a empresa solicitou a retirada do INCRA e assumiu a responsabilidade desse serviço. Segundo o representante da empresa, “[...] os donos da CALIMAN são pessoas de origem italiana que trabalham em lavouras, logo não têm dificuldades de transmitir qualquer orientação técnica no campo para os assentados”.

As sementes e sua manipulação também são fornecidas pela empresa. O procedimento para as sementes é que antes de serem plantadas ficam dentro de sacos com carvão ativo para filtrar a penetração dos raios solares, e depois de dez dias as mudas são levadas para o plantio.

Do plantio da muda até a colheita dos frutos decorre um período de 07 (sete) meses de espera para obter a produção. Passada a época da colheita, a terra é posta para descansar.

Foi constatado que nesse período de descanso os assentados deveriam plantar outros tipos de cultura, como leguminosas, com o objetivo de recuperar os solos, mas essa prática não foi constatada, o que é lamentável, pois os solos arenosos e ácidos existentes no Vale do Lírio podem ser infestados com nematóides¹⁸ se as práticas de rotação de culturas não forem devidamente seguidas.

¹⁸ Tipo de verme que penetra nas raízes, provocando o definhamento da planta, a queda de produção e, finalmente, a morte.

Depois da colheita, a produção é passada para a CALIMAN, que compra toda a produção a um preço de US\$ 0,23¹⁹ o quilo. No entanto, este valor pode variar de acordo com o câmbio, que é fixado em dólar. A empresa, por sua vez, efetua o processamento da fruta²⁰ desde o recebimento até a embarcação.

As frutas passam por um processo de seleção para serem identificadas aquelas que se destinarão ao mercado externo, principalmente à Europa, e aquelas que se destinarão ao mercado interno, cujos destinos são a CEASA, os supermercados e as feiras livres. Para o mercado externo, as frutas são vendidas pela CALIMAN a um valor de US\$ 0,50 o quilograma, o que representa uma margem bruta de comercialização de 117% em relação ao preço pago ao produtor.

Observa-se, segundo pesquisa exploratória realizada, que no cultivo do mamão é utilizada uma grande quantidade de mão-de-obra assalariada existente no próprio assentamento e, às vezes, quando necessária, contrata-se mão-de-obra assalariada de fora do assentamento, mas no geral a maioria das atividades são efetuadas por mão-de-obra dos assentados e contratadas temporariamente.

O nível de renda obtido pelos assentados é de difícil contabilização, visto que os mesmos não têm ou não disponibilizaram o registro de sua produção nem de seus gastos. Logo os componentes nos quais foram utilizados para a apuração de seu nível de renda estão baseados na produção agrícola em geral²¹, aposentadorias, trabalho alugado e atividades comerciais.

Ressalta-se que esse nível de renda pode variar, uma vez que o preço de compra da produção é feito com base no dólar. Toma-se como piso uma renda de R\$ 500 (quinhentos reais) para cada produtor com a produção do mamão, mas já houve casos deste valor variar entre R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 1.200 (mil e duzentos reais). A tabela a seguir foi elaborada por meio de dados obtidos com a aplicação de questionários aos assentados pela AAC (ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMCUNIDADES DO CAMPO, 2004 b):

¹⁹ Ressalta-se que o valor atribuído corresponde ao ano de 2004, podendo variar nos anos seguintes.

²⁰ Recebimento da fruta; primeira lavagem com água; pré-classificação da fruta (frutas que irão para o mercado externo e as que irão para o mercado interno); escovação para tirar resíduos juntamente com jato de água; mergulho em tanque de água quente 48° C, mergulho em tanque de água fria; tanque pulmão, tanque fungicida, secador, máquina classificatória, embalagem e finalmente embarcação.

²¹ Soma da produção obtida com a produção e exploração do mamão e da produção de outras culturas agrícolas que são realizadas, a fim de complementar a renda familiar.

Tabela 3 – Distribuição dos assentados que cultivam mamão irrigado, segundo nível de renda, Vale do Lório, 2004

Assentados e nível de rendimento mensal	Total	%
Até 01 salário mínimo	0;0	-
Mais de 01 a 02 salários mínimos	0;0	-
Mais de 02 a 03 salários mínimos	16	53,3
Mais de 03 a 04 salários mínimos	11	36,7
Mais de 04 a 05 salários mínimos	03	10,0
Total	30	100,0

O nível de renda dos produtores de mamão situa-se entre dois a cinco salários mínimos. A produção do mamão, principal fonte de renda, tem uma grande participação na composição da renda familiar, mas outros cultivos ou atividades são executadas incrementando ainda mais a renda desses agricultores, o que indica, neste caso, que a reforma agrária é uma política de geração de emprego e renda, mas que não dispensa os programas sociais como forma de complementação, uma vez que esses assentados, apesar de uma renda elevada comparando com a renda da grande maioria da população rural, ainda possuem assistência governamental, como veremos a seguir.

O poder aquisitivo desses agricultores permitiu-lhes o acesso a eletrodomésticos como: geladeiras, aparelho de som, televisões, antenas parabólicas, veículos, celulares etc. Segundo o depoimento do vice-presidente da associação dos produtores de mamão, ao comparar o modo de vida anterior com o atual, depois da formação da parceria com a CALIMAN NORDESTE S/A, as condições de vida da população melhoraram muito: “comparando com agora, nós não estamos com fome nem andando nu”.

Além da renda advinda da produção do mamão, as famílias cultivam outras culturas para obtenção de outra fonte de renda, como: mandioca, milho e feijão. A mandioca é a mais cultivada entre elas. Das 30 (trinta) famílias entrevistadas, 70% possuem nessas culturas uma renda complementar, e 14% não produzem nada além do mamão.

A maioria realiza culturas para subsistência familiar. Embora o cultivo de subsistência não tenha sido contabilizado, este deve ser levado em consideração, visto que aquilo que as famílias consomem sem despender seus recursos monetários elas ganham.

Quanto à criação animal são poucas as famílias que utilizam a produção animal para meios comerciais. A produção é mais destinada ao consumo familiar, como meio de transporte ou para tração animal. As criações mais comuns são: cavalos, bovinos e aves.

Em relação à participação em projetos sociais, verifica-se que 60% das famílias que produzem mamão papaya possuem algum tipo de assistência de política social, seja ela bolsa-renda, bolsa-escola ou vale-gás. Ressalta-se também que 20%, isto é, 06 (seis) famílias têm algum membro que recebe aposentadoria.

O gráfico elaborado abaixo através de informações coletadas pela AACC em 2004, demonstra de maneira resumida e em números absolutos a quantidade de famílias que possuem os elementos acima citados – aposentadorias, projetos sociais, culturas complementares e de subsistência – que contribuem com o acréscimo na composição da renda familiar.

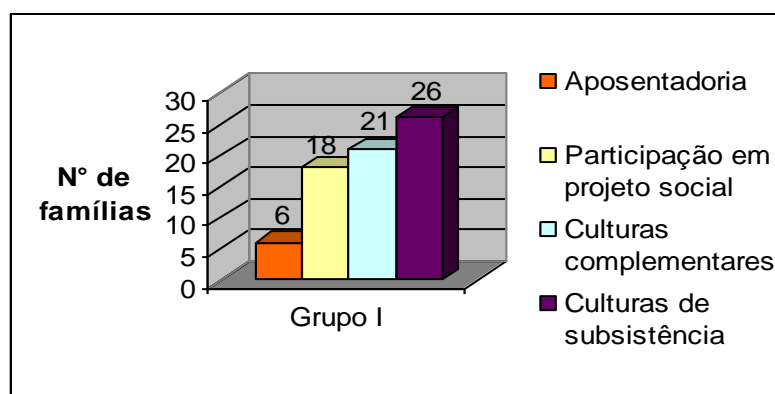


Gráfico 3 – Distribuição das famílias produtoras de mamão irrigado conforme elementos que incrementam sua renda, Vale do Lírio, 2004

Diante do exposto verifica-se que os elementos que mais contribuem para o aumento da renda desses produtores, além do próprio cultivo do mamão, são a plantação de outras culturas, a fim de complementar a renda, o cultivo de subsistência e os projetos sociais.

Constata-se que 20% das famílias (06 famílias) dos assentados têm pessoas que executam outras atividades como: trabalho alugado, serviço prestado ou têm outros empregos com carteira assinada. Dessas outras atividades 10% correspondem a membros das famílias que trabalham fora do assentamento. Os outros 10% são membros que executam atividades diversas dentro do assentamento, geralmente trabalho alugado ou serviços prestados para outros assentados do local. Todos estes fatores vêm a contribuir para o aumento da renda desse grupo.

O segundo grupo a ser analisado a seguir é o dos produtores de inhame que se integraram à CONDADO AGROEXPORTADORA LTDA, uma empresa com sede em Pernambuco, e aos intermediários mercantis que comercializam no Assentamento.

2.6.3 Organização política e institucional dos produtores de inhame.

Como é comum entre os assentados do Vale do Lírio, o grupo dos produtores de inhame e outras lavouras, como macaxeira, melancia, jerimum e feijão, também são membros do Sindicato dos Trabalhadores de São José de Mipibu, pois a participação deste sindicato para desapropriação das terras foi um denominador comum entre os assentados no início do processo.

Logo a grande maioria dos assentados sentiu a necessidade e a importância dessa organização, não somente em virtude da ajuda e empenho prestados, mas também, da necessidade e importância de estarem politicamente organizados, então passaram a fazer parte do quadro de trabalhadores sindicalizados.

Como esses assentados optaram por produzir inhame e formaram parceria com outra empresa, a CONDADO AGROEXPORTADORA LTDA, tornou-se necessária à criação de uma segunda associação, denominada Associação dos Produtores e Moradores do Assentamento Vale do Lírio, para a formalização do contrato entre a empresa referida e os assentados que objetivavam produzir inhame irrigado. A associação criada possui registro dos assentados, com CNPJ, livro de ata, livro de presença e estatuto, tal como a associação dos produtores de mamão.

Do total de 14 (catorze) famílias que efetuam a produção de inhame, 11 (onze) pessoas – que também são sócias da associação e do sindicato - foram entrevistadas pela AACC (ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO, 2004b).

O projeto do inhame foi elaborado pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária Ltda (COOPTECARA), que também ficou responsável pela elaboração e o acompanhamento técnico do projeto.

Uma das responsabilidades que a empresa CONDADO AGROEXPORTADORA assumiria era a compra integral da produção do inhame produzido pelos agricultores familiares assentados. As obrigações assumidas entre as duas partes, assentados e empresa, resumiram-se em:

- a) a empresa integradora repassaria todo o pacote tecnológico para produção agropecuária de inhame irrigado aos integrados, via COOPTECARA, a título consultivo, sem nenhum ônus adicional;
- b) os assentados por sua vez teriam a obrigação de entregar os inhames colhidos, limpos e pesados à empresa.

A fundação de uma associação foi fundamental para a execução dos projetos agropecuários. O nível de participação desses assentados, segundo entrevista, é de 100%, ou seja, todos eles fazem parte dessa associação.

O processo decisório também é de suma importância para medir o grau de democracia existente entre os participantes e a relevância de sua opinião diante dos membros da diretoria e da presidência. Com isso o gráfico abaixo (elaboração própria - questionários fornecidos pela AACC) mostra a opinião dos proprietários dos lotes quanto à tomada de decisão:

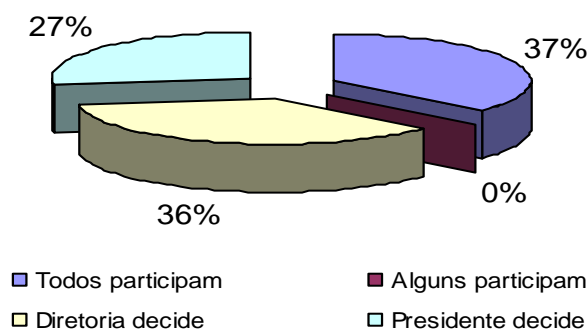


Gráfico 4 – Nível de participação dos associados nas decisões/ inhame -2004

Quanto ao processo de decisão da produção, 63,63% consideram que a maioria das decisões é tomada pelos membros da diretoria ou pela própria presidência. Estes são os segmentos que decidem as medidas que deverão ser empregadas e isso mostra que, apesar do elevado número de pessoas vinculadas a associação, o processo de decisão é restrito a esses dois segmentos.

Dado o exposto no gráfico acima, pode-se deduzir que apesar desses agricultores possuírem vínculos com a associação, o nível de organização e participação desses associados é baixo. Por conseguinte, este fato também reflete na avaliação dos assentados quanto à associação, onde 63% a avaliam de regular a péssima.

2.6.4 Características econômicas dos produtores de inhame.

A proposta desse projeto era que os 14 assentados produzissem inhame irrigado em uma área de 0,5 hectares por agricultor(a). Os recursos financeiros para a implantação desta lavoura foram originados do PRONAF “A”. O valor do empréstimo foi de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para cada agricultor(a), o que correspondeu a um total de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) para o total dos 14 assentados. O tempo de carência do empréstimo foi fixado em dois anos e oito meses para o pagamento com juros de 6% ao ano.

A infra-estrutura de apoio a esse projeto é formada por três poços, sendo um com 84 metros e outros dois com 54 metros de profundidade, além de energia elétrica.

A tecnologia empregada inclui a irrigação por aspersão e a utilização de um pacote agroquímico em menor proporção do que o mamão, uma vez que a cultura de inhame é menos dependente desse tipo de insumos, além de não exigir muito agrotóxico²².

Não há tratores ou galpões para o armazenamento dos insumos ou da produção desse grupo de agricultores, tal como ocorre com os do mamão.

A CONDADO AGROEXPORTADA LTDA indicou aos técnicos da COOPTECARA o melhor local para a compra das mudas para plantio do inhame. Entretanto, a COOPTECARA não seguiu a recomendação dada, já que a aquisição terminou sendo executada por uma associação existente no Estado da Paraíba, sem a devida orientação técnica por parte da empresa integradora ou da cooperativa responsável pela assistência técnica.

A COOPTECARA que tinha como função a elaboração do projeto do inhame irrigado e a assistência técnica executou bem sua primeira função, no entanto, manteve-se ausente em relação à assistência técnica.

²² Agrotóxicos correspondem a qualquer produto de natureza biológica, física ou química que tem a finalidade de exterminar pragas ou doenças que ataquem as culturas agrícolas. Os agrotóxicos podem ser classificados como: pesticidas, fungicidas ou herbicidas (<http://www.planetaorganico.com.br/agrothist2.htm>).

Foram plantadas 71 (setenta e uma) covas de inhame em 85 (oitenta e cinco) carreiras, somando um total de 6.035 (seis mil e trinta e cinco) pés plantados, com previsão de uma produção de aproximadamente 12 mil quilos do produto, depois de um período de aproximadamente sete meses após o plantio.



Fotografia 4 – Vista da área de plantação do inhame, Vale do Lírio, 2004

O valor do inhame depois de colhido varia de R\$ 0,60 a R\$ 0,70 centavos de reais o quilo. A expectativa era de que cada produtor(a) viesse a colher 5.000 kg e obter uma renda de R\$ 5.000,00 no ano agrícola, portanto, bem menos do que os plantadores de mamão. Ver figura abaixo a área de produção de inhame:

Nesse caso, são os programas sociais, inclusive a aposentadoria, que constituem a principal fonte de renda, o que indica, nesse exemplo, que a reforma agrária é mais uma política social do que econômica. Segundo relato obtido através de um dos produtores de mamão, quanto à situação dos que produzem inhame: “[...] o pessoal do inhame pensa em quebrar contrato com a outra empresa e trabalhar de aluguel para os assentados do mamão. Às vezes são os aposentados que sustentam a família”.

A empresa tinha por objetivo a compra por quantidade de pés colhidos, a que os produtores de inhame se opuseram, pois a venda por pés e não por quilo não cobriria os custos de produção, e com isso o contrato com a empresa foi rompido e a venda da produção ocorreu por intermédio de atravessadores.

A maioria da mão-de-obra empregada corresponde à mão-de-obra familiar, desde a preparação das mudas até a colheita. Só ocorre utilização de mão-de-obra extra, assalariada,

quando o trabalho familiar não é suficiente para executar todas as atividades do processo de produção.

Esses assentados não contabilizaram suas produções e gastos. Por outro lado, a quebra do vínculo com a empresa retirou a possibilidade de obtenção de uma renda regular, o que reforça a dificuldade de contabilização de seu nível de renda. Para fazer essa apuração foram levados em consideração a renda obtida com atividades agrícolas, não-agrícolas, trabalho temporário (alugado) e aposentadorias. Ver tabela elaborada abaixo com dados da AACC (ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO, 2004b):

Tabela 4 – Distribuição dos assentados que cultivam inhame irrigado, segundo nível de renda, Vale do Lório, 2004

Assentados e nível de rendimento mensal	Total	%
Até 01 salário mínimo	4	36,4
De 01 a 02 salários mínimos	5	45,4
De 02 a 03 salários mínimos	2	18,2
Total	11	100,0

Como pode ser observado, 45% das famílias pesquisadas possuem uma renda que varia de menos que um a dois salários mínimos, o que indica um nível médio de renda, em comparação com os produtores de mamão. No entanto, esses assentados também obtiveram eletrodomésticos como: televisões, geladeiras, aparelhos de som, celulares e outros. Apesar de obterem uma renda menor, consideram seu nível de vida melhor do que os produtores de mamão. Como afirma o presidente da associação dos produtores de inhame: “[...] eu não penso em ir para a cidade, trabalhar nas fábricas. Aqui eu uso e tiro o que é meu: a batata, o feijão, o jerimum e não sei quanto custou. Se sair daqui vai para debaixo da ponte, não leva nada, a terra fica para outro [...] aqui eu sou empresário”.

Esses assentados também produzem outras culturas como meio comercial com o propósito de complementar sua renda - além do inhame sua principal cultura. Das 11 (onze) famílias entrevistadas, 63,6% possuem outras produções entre elas está a mandioca, o milho, batata-doce, macaxeira e o feijão. A mandioca é a segunda lavoura mais cultivada entre eles depois do inhame.

A venda da produção do inhame ou da produção complementar é realizada por meio de atravessadores, sendo o restante destinado ao consumo familiar. Quanto à criação de

animais apenas 54,5%, ou seja, 06 (seis) famílias têm algum tipo de criação de animal para consumo, tração ou transporte.

Dos projetos sociais, 63,6% está inserido em algum tipo de projeto social. E, além disso, 36,6% dos membros desse segundo grupo possuem algum membro da família que recebem aposentadoria como adicional do nível de renda.

Dado o exposto, o gráfico construído abaixo demonstra em números absolutos as famílias que têm sua renda acrescida pela existência de aposentados na família, pela participação em alguma política assistencialista do governo, pelo cultivo de culturas complementares e de subsistência.

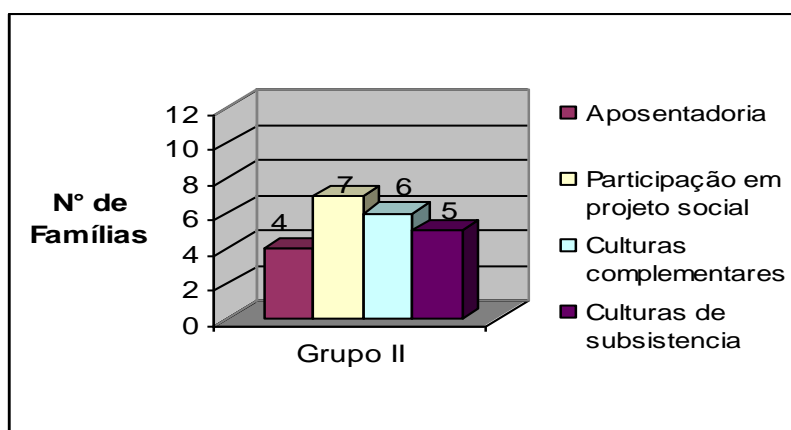


Gráfico 5 – Distribuição das famílias que cultivam inhame, conforme elementos que incrementam sua renda, Vale do Lírio, 2004

Com base no gráfico, os fatores como a participação em projetos sociais e o cultivo complementar são os elementos mais presentes na composição da renda dos membros desse grupo. A presença de aposentados na família também constitui um fator importante, visto que, segundo o relato anterior de um dos assentados há famílias que são sustentadas apenas por esse tipo de remuneração.

Alguns se dedicam, além de sua produção, ao trabalho assalariado temporário para os produtores do grupo do mamão. Há apenas um percentual de 18,8% que trabalham fora do assentamento como assalariado regular ou em atividades comerciais. Em suma, a maior parte das famílias trabalham exclusivamente no lote.

Antes de dar continuidade ao estudo, é necessário uma observação. Das famílias estudadas, 39 (trinta e nove) fazem parte do projeto do mamão e 14 (catorze) do inhame, porém das 09 (nove) famílias que restaram, quatro faziam parte de um desses projetos, mas depois saíram e passaram a trabalhar para os outros assentados ou efetuar outras funções.

E as outras 05 (cinco) famílias correspondem àqueles que não chegaram a participar de nenhum projeto. Essas famílias foram classificadas no terceiro grupo, que será estudado a seguir.

2.6.5 Organização política-institucional e as características econômicas dos agricultores que cultivam outras culturas.

Todos os componentes deste grupo estão organizados por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Mipibu, porém, não fazem parte de nenhuma associação nem de nenhum dos dois projetos em parceria, isto é, o mamão e o inhame.

Os motivos pelos quais os componentes desse grupo não fazem parte de nenhum projeto têm distintas explicações: em primeiro lugar, 03 (três) das 05 (cinco) famílias apossaram-se de casas abandonadas por antigos assentados, ficando em situação irregular, e não estando cadastradas como pessoas assentadas junto aos órgãos oficiais não podiam participar dos projetos. Além disso, dada a falta de consenso existente entre alguns assentados sobre o que cultivar, não conseguiram aprovar nenhum projeto.

Por essas razões, essas famílias não receberam créditos nem ajuda financeira de nenhum órgão do governo para dar início às suas plantações, ficando assim à mercê da ajuda e de empréstimos obtidos junto a outros assentados. Sendo assim, de acordo com suas possibilidades, a principal cultura efetuada por esse grupo é a mandioca, mas também produzem inhame, abacaxi e feijão em pequenas proporções, comparativamente aos dois outros grupos.

O tipo de exploração ainda é muito rudimentar e tradicional. Nesse caso, os agricultores não utilizam nenhum aparato tecnológico avançado em relação às culturas principais do local (mamão e inhame). A adubação é realizada com adubos orgânicos como esterco bovino. Não possuem galpões ou sistemas de irrigação avançada. Para o controle de pragas, fazem uso apenas de formicidas.

Normalmente a comercialização de sua produção, principalmente a mandioca, é realizada por atravessadores ou vendida em casas de farinha perto do local. A mandioca

chegou a ser comercializada em 2003 por um preço oscilante entre R\$ 0,18 e R\$ 0,32 o quilo da raiz. A mão-de-obra utilizada na produção é toda familiar desde o preparo do solo até a colheita.

Como os outros grupos, esse também não registra sua produção e seus custos, mas através da apuração de sua renda agrícola e do trabalho alugado realizado foi possível estimar aproximadamente sua renda, como mostra a tabela construída abaixo (ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO 2004b):

Tabela 5 – Distribuição dos assentados que cultivam outras culturas, segundo nível de renda, Vale do Lírio, 2004

Assentados e nível de rendimento mensal	Total	%
Até 01 salário mínimo	02	40,0
De 01 a 02 salários mínimos	01	20,0
De 02 a 03 salários mínimos	02	40,0
Total	05	100,0

Constata-se que o nível de renda desse grupo é baixo, isto é, 60% das famílias possuem uma renda que varia de menos que um a dois salários mínimos. Destaca-se que, com base em pesquisa exploratória realizada, houve uma queda no preço da mandioca, visto que a oferta do produto aumentou, forçando a baixa no preço, que oscilou entre R\$ 0,10 a R\$ 0,08 o quilo, o que penalizou ainda mais o nível de renda desse grupo.

As famílias retiram uma parte da produção de mandioca para subsistência e comercializam o excedente, por meio de intermediários comerciais ou venda direta às casas de farinha localizadas nas proximidades do assentamento. Apenas uma família possui uma cultura direcionada exclusivamente para subsistência. Alguns criam animais para tração, transporte ou consumo próprio como bovinos e aves.

Das 05 (cinco) famílias que compõem este grupo apenas 01(uma) tem acesso a algum tipo de projeto social. E nenhuma delas possui alguém que recebe aposentadoria. O gráfico edificado abaixo (ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS COMUNIDADES DO CAMPO, 2004b) expõe a situação desse grupo em relação aos fatores que agregam valor a sua renda.

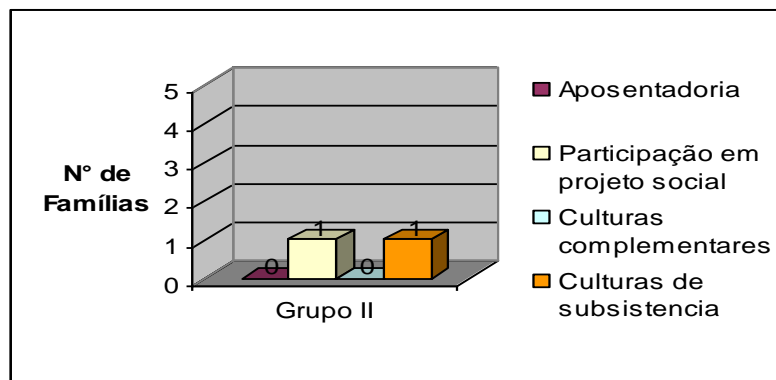


Gráfico 6 – Distribuição das famílias que produzem outras culturas, conforme elementos que incrementam sua renda, Vale do Lírio, 2004

Como se observa, esse grupo de produtores são os que possuem renda mais baixa, comparativamente aos demais e os que menos têm acesso aos programas sociais. Esse fato evidencia uma maior debilidade desse grupo e conseqüentemente das famílias que o compõem.

Esse grupo possui uma visão pessimista de suas condições de vida e visualiza o grupo dos produtores de mamão como privilegiados - segundo relato de algumas agricultoras entrevistadas: “só quem tem prioridade é o pessoal do mamão, os outros são excluídos. É difícil entrar; *há panelinha* nas associações. Aqui o que vale mesmo é quem têm mais, de todos, quem tem mais são os do mamão”.

Todas as famílias desse grupo trabalham no assentamento; no entanto a maioria dos proprietários dos lotes trabalha para outros assentados, mais, especificamente, para os produtores de mamão. Ou seja, parte da família trabalha no lote e vende sua força de trabalho para outros assentados.

Como podemos observar através dos dados empíricos aqui expostos, a população assentada do Vale do Lírio, apesar de ter enfrentado os mesmos obstáculos iniciais no processo de assentamento, de possuir características semelhantes quanto à profissão que executam, tem características diversas no que tange suas condições econômicas, seu padrão tecnológico e seu modo de vida.

A explicação para o acontecimento deste fenômeno pode ser encontrada na maneira diversa na qual cada um desses grupos – produtores de mamão, inhame e roça – se inseriram no processo de capitalização e modernização agrícola. Configurou-se, assim, um espaço diversificado e contraditório do ponto de vista econômico e social.

Finalizado este capítulo, cujo objetivo era evidenciar as características gerais do assentamento e os aspectos individuais dos grupos, mediante seus tipos de organização e suas formas de integração aos complexos agroindustriais, será dado início a próxima etapa do processo que é medir o nível de sustentabilidade entre os agricultores, comparando uns aos outros.

3 A SUSTENTABILIDADE DO PROJETO VALE DO LÍRIO: AGRICULTORES MODERNIZADOS X AGRICULTORES TRADICIONAIS

Para chegar a um denominador comum em relação à estrutura de classe que se configurou no assentamento Vale do Lírio no decorrer de sua existência, foi realizada, no capítulo anterior, uma caracterização separada dos grupos de trabalhadores assentados, de acordo com a sua articulação com os mercados de trabalho e de produto e com a empresa âncora que realiza a comercialização do mamão papaya.

A base para a avaliação desses grupos e, principalmente, da constituição do assentamento Vale do Lírio foi a teoria de Sorj (1986) sobre a estrutura de classes sociais na agricultura brasileira, considerada a que mais se aproxima da realidade existente neste local.

Apesar de sua teoria se aproximar da realidade do objeto de estudo é insuficiente para a compreensão da complexidade existente nesse assentamento, tornando necessário, portanto, o uso de uma outra teoria a respeito da nova configuração existente no rural brasileiro, como a agricultura em tempo parcial e a proliferação de atividades não-agrícolas no campo, para dar suporte a questões não discutidas por Sorj (1986).

Abramoway (1992) observou em seus estudos acerca dos países avançados que havia agricultores que executavam outras atividades não-agrícolas, porém, não deixavam de praticar a agricultura em tempo parcial, evidenciando que a prática da agricultura tem um peso muito forte em algumas regiões da sociedade européia. No entanto, em sua obra o mesmo explora de modo sucinto e restrito as observações efetuadas em seu campo de pesquisa, ou seja, os países avançados.

SILVA, Aldenor (2000), por sua vez, identifica no campo brasileiro a mesma tendência apresentada nos países desenvolvidos, só que o mesmo parte de regiões atrasadas, como é o caso do Nordeste brasileiro, mais especificamente o Estado do Rio Grande do Norte, no qual ele constata a presença de características como: agricultura em tempo parcial, o surgimento de atividades não agrícolas e a pluriatividade. Sua análise é mais abrangente e mais direcionada à realidade existente no campo brasileiro, logo sua interpretação faz jus às necessidades deste trabalho.

Na realidade, o que vem se configurando no rural brasileiro é “um processo de redefinição das relações da população rural, onde essa população tem buscado novas estratégias de produção e de reprodução social” (SILVA, Aldenor, 2002, p. 40).

O Rio Grande do Norte é um dos estados brasileiros onde estes tipos de especificidade se apresentam desde a década de 60 em virtude do cultivo do algodão, atividade com muita sazonalidade, que fazia com que a população rural buscasse outras fontes de renda para garantir sua sobrevivência. Neste caso, as atividades não-agrícolas constituíram uma das principais fontes de renda para a manutenção da população local.

Comparando com a teoria de Abramovay (1992), a teoria de Silva, Aldenôr (2000) é a que mais se aproxima da realidade dos fatos que ocorrem no campo brasileiro, pois o primeiro identifica que a busca de outras atividades pelos agricultores dos países avançados não é sinônimo de pobreza, mas sim uma estratégia de reprodução social e de ampliação do ciclo social.

Silva, Aldenôr (2000) observa que nos campos brasileiros a alternativa de efetuar a agricultura em tempo parcial ou a realização de atividades não-agrícola é uma tentativa de reprodução social, bem como ocorre nos países desenvolvidos, porém essa busca ocorre devido às condições hostis que não permitem um desempenho satisfatório das atividades produtivas comprometendo a sobrevivência familiar.

Essa teoria será ressaltada em um item à frente deste capítulo onde foi realizada uma abordagem sobre o surgimento de atividades não-agrícolas no assentamento em questão.

Retomando a análise dos grupos em questão, este capítulo utilizará as mesmas variáveis referidas no capítulo anterior. Como observado, os distintos grupos estão em igual situação quando se considera a variável infra-estrutura básica, que inclui, como visto, as condições de saúde e de acesso à educação. Ao ser implantado o projeto vale do Lírio, essas condições foram iguais para todos.

No entanto, quando se considera a variável organização social, nível de renda, uso de tecnologias e integração agroindustrial, esses grupos apresentam claras diferenciações entre si. E através dessas variáveis, foi possível constatar as discrepâncias existentes entre os três grupos estudados.

Em se tratando da comparação desses grupos quanto ao nível de organização, verifica-se que o Grupo I é politicamente mais organizado por meio de sindicatos e associações do que os outros dois grupos. Como foi visto, os Grupos I e II correspondem a um total de 78% das famílias pesquisadas pela AACC que participam simultaneamente do sindicato e da associação.

No Grupo III, os trabalhadores não fazem parte de nenhuma associação, porém têm vínculos com o sindicato dos trabalhadores rurais. Deduz-se que os membros dos grupos de alguma forma têm vínculos com instituições organizacionais, e o sindicato é o mais incidente modo de organização no assentamento.

As duas associações existentes representam, na verdade, uma divisão entre os trabalhadores quanto à forma de gestão que deve ser adotada no assentamento. É possível que as duas associações também representem as diferenças políticas existentes entre os grupos. Todavia, esse tipo de análise, embora importante, é mais próprio da ciência política e foge, portanto aos objetivos específicos deste trabalho.

Especificamente no que diz respeito aos projetos, as associações são diversas uma da outra dados os diferentes projetos, porém têm aspectos semelhantes quanto ao processo de formalização dos contratos e alguns acordos efetuados entre as partes como: manutenção dos equipamentos e instalações por parte dos integrados e garantia de compra por parte da empresa. A organização dos trabalhadores rurais também representou um passo importante para a conquista da terra e para a realização dos investimentos no assentamento.

Na realidade, foram a mobilização coletiva e a organização desses assentados que contribuíram para a conquista da terra e para a elaboração dos projetos existentes.

Em relação ao nível tecnológico, o primeiro grupo detém um elevado aparato tecnológico para o manuseio da produção do mamão, além de assistência técnica altamente qualificada destinada para o trato da cultura. A assistência técnica é prestada pela CALIMAN NORDESTE S/A e é considerada pelos trabalhadores de suma importância para o êxito dos processos de produção e de comercialização. A figura abaixo exhibe o local, denominado de estação de bombeamento, no qual são realizados os preparativos para a ferti-irrigação da plantação de mamão:



Fotografia 5 – Estação de bombeamento e preparação dos adubos para a fertilização da plantação de mamão, Vale do Lírio, 2004.

O segundo grupo assume uma posição menos favorável em relação ao primeiro, visto que apesar de possuir uma certa estrutura tecnológica para efetuar a produção do inhame, essa estrutura é pouco desenvolvida em relação à outra, pois é desprovida da infra-estrutura básica requerida para o manejo da cultura como: galpões para armazenamento de insumos, tratores e, principalmente, de assistência técnica qualificada.

Este último fato é um dos graves problemas enfrentados pelos trabalhadores, pois eles não possuem o conhecimento necessário para o desenvolvimento das diversas etapas do processo de produção de acordo com as especificações técnicas relativas ao desenvolvimento destas, particularmente no que se refere à correção e adubação do solo, à qualidade das sementes e mudas, aos tratamentos culturais, ao controle de pragas, à colheita, ao armazenamento e ao transporte.

Além disso, os trabalhadores assentados que compõem esse grupo, enfrentaram mais um problema, que foi a quebra de contrato, de forma unilateral, pela empresa âncora, denominada CONDADO AGROEXPORTADORA LTDA. Este grupo, sem suficiente conhecimento técnico, efetuou a compra das mudas através de terceiros, terminando por adquirir material mal selecionado, contaminado com doenças, o que prejudicou a última colheita.

O terceiro grupo não possui implementos tecnológicos nem conta com assistência técnica para o cultivo de suas culturas, utilizando-se apenas do conhecimento adquirido no próprio exercício das atividades agrícolas.

No entanto, no que diz respeito ao uso de agrotóxicos e adubos químicos, o Grupo III e o Grupo II, respectivamente, possuem posição mais favorável e benéfica ao meio ambiente, pois a cultura do inhame requer uma quantidade menor desses elementos químicos, e o cultivo da roça quase não utiliza agrotóxico.

3.1 OS GRUPOS E SEUS PADRÕES DE VIDA

Com o intuito de evidenciar as características gerais desses grupos de acordo com os componentes que vêm a compor seu meio de vida, o quadro seguinte resume os fatores

realçados antes, como: nível de renda, educação, saúde, infra-estrutura básica e bens duráveis (padrão de consumo).

Embora estas variáveis já tenham sido exploradas no capítulo anterior, a análise conjunta dos grupos permitirá uma melhor observação dos seus respectivos padrões de vida.

Variáveis que refletem no padrão de vida da população	Grupos		
	I	II	III
Renda	<ul style="list-style-type: none"> • Renda varia de 02 a 05 salários. • Composta por produção agrícola principal (mamão), culturas complementares de subsistência, aposentadorias, projetos sociais e trabalho não-agrícola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Renda varia de menos que 01 a 03 salários. • Renda composta por produção agrícola principal (inhame), culturas complementares, aposentadoria, projetos sociais, assalariamento temporário e trabalho não-agrícola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Renda Varia de menos que 01 a 03 salários. • Renda composta por produção agrícola (mandioca), projetos sociais e assalariamento temporário.
Infra-estrutura social básica (educação, saúde, moradia etc).	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças e jovens freqüentam bancos escolares • Ausências de posto de saúde • Busca de cuidados médicos em municípios vizinhos • Casa de alvenaria, água encanada e energia elétrica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças e jovens freqüentam bancos escolares • Ausências de posto de saúde • Busca de cuidados médicos em municípios vizinhos • Casa de alvenaria, água encanada e energia elétrica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças e jovens freqüentam bancos escolares • Ausências de posto de saúde • Busca de cuidados médicos em municípios vizinhos • Casa de alvenaria, água encanada e energia elétrica.
Bens duráveis	<ul style="list-style-type: none"> • Aparelho de som, televisão, antenas parabólicas, celulares, eletrodomésticos, bicicletas, móveis, carros e motos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aparelho de som, televisão, celulares, móveis, eletrodomésticos e bicicletas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Televisão e móveis.

Quadro 3.1 - Características gerais dos grupos, mediante as variáveis que contribuem para seu padrão de vida, Vale do Lório, 2004

Como pode ser observado no quadro apresentado acima, as condições de educação, assistência médica e condições de moradia são iguais para todos os assentados, independentemente do seu modo de integração, como já afirmado anteriormente.

Nos aspectos relativos à renda e aquisição de bens duráveis, já se pode constatar uma situação bastante diversa, na qual esses grupos possuem condições de vida completamente discrepantes.

Os Grupo I e II possuem uma participação maior de pessoas que recebem aposentadorias e alguma ajuda assistencial do governo (bolsa renda, bolsa escola, vale gás e bolsa alimentação). Sendo o grupo dos produtores de mamão (grupo I), exatamente o de maior renda, o mais favorecido nesses aspectos.

Em se tratando de produção agropecuária adicional, além da cultura principal, o primeiro e o segundo grupo cultivam tanto para a subsistência quanto para venda. O terceiro grupo cultiva para a subsistência e vende excedente, porém sua produção é bem menos expressiva que a produção dos outros grupos.

No que diz respeito à produção para o consumo, o primeiro e o segundo grupo possuem quantidade e diversidade maior de produtos destinados à subsistência. Esse fato, por sua vez, deixa evidente que os grupos que possuem uma “renda consumo”²³ maior são justamente aqueles que detêm uma maior renda agrícola.

Segundo Garcia, Afrânio (1994) nem sempre uma exploração elevada de culturas de subsistência está associada a uma população que obtém uma baixa renda com produções agrícolas, mas ao contrário, é possível encontrar produtores de alta renda que detenham uma elevada renda consumo através da cultura de subsistência.

A idéia de que menor renda é sinônimo de maior cultivo para autoconsumo é inconsistente. “As práticas de autoconsumo não aparecem associadas às unidades mais pobres” (GARCIA, Afrânio, 1994, pg. 90). No caso do Vale do Lírio, o grupo III possui um maior cultivo para autoconsumo.

O Grupo III, por sua vez, possui vantagens mais modestas, pois não tem pessoas nesse grupo que recebam aposentadoria, não têm cultura principal, logo os produtos cultivados são considerados como fonte principal de renda. Apenas uma família de todas as 05 (cinco) recebe alguma assistência governamental, através de projetos sociais.

²³ Renda consumo corresponde àquela renda se adiciona a totalidades dos rendimentos ou das formas equivalentes que permitem a reprodução dos membros de cada família [...] seu princípio lógico permite adicionar a renda agrícola e a renda do trabalho assalariado: captar o conjunto de atividades que proporcionam aos grupos domésticos os meios de sobrevivência (ROMEIRO, 1994, p.89).

O Grupo I e o Grupo II estão em melhores posições que o Grupo III respectivamente. O primeiro grupo tem uma maior parcela da população beneficiada em termos de aposentadoria, projetos sociais e cultivo de outras lavouras. O fato da renda oriunda da produção do mamão ser elevada contribui para uma maior remuneração mensal em comparação com os outros grupos. Depois vem o Grupo II com melhor remuneração e por último o terceiro grupo.

No assentamento existem veículos para locomoção pessoal como carros e motos; a maioria das famílias tem acesso a eletrodomésticos como televisões coloridas, 43 (quarenta e três) antenas parabólicas, geladeiras e móveis para as residências (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 2003).

No entanto, a maioria da população que tem acesso a esses bens de consumo corresponde ao primeiro grupo, ou seja, os produtores de mamão e em segundo lugar ao grupo II, os produtores de inhame, só que este com um padrão de consumo muito menor em relação ao primeiro. E o grupo três possui um padrão de consumo bastante inferior em relação aos demais.

Esses foram os fatores explícitos que contribuíram para a atual configuração dessa população do Vale do Lírio. No entanto, é importante observar os fatores mais relacionados com a integração agroindustrial que contribuem para essa representação.

3.2 OS GRUPOS E SEU MODO DE INSERÇÃO JUNTO AOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

As formas pelas quais os grupos passaram por um processo de capitalização, se modernizaram e se articularam com as empresas integradoras, são os elementos essenciais para que o Vale do Lírio obtenha a atual configuração.

No Vale do Lírio podemos observar a existência de integradoras que realizam a recepção, o tratamento, à classificação, a embalagem e o transporte dos produtos até os mercados externo e interno.

Essas empresas integradoras realizam o processo de produção, mas, nas maiorias das vezes, seu papel fundamental é garantir a oferta por meio de contratos de compra a um preço fixo, como é o caso da CALIMAN NORDESTE S/A e da CONDADO AGROEXPORTADORA LTDA, que são as duas empresas integradoras que atuaram no Vale do Lírio.

Hoje, apenas a CALIMAN NORDESTE S/A atua no Vale do Lírio. A CONDADO LTDA rompeu unilateralmente o contrato, deixando os trabalhadores assentados sem condições de saldar os empréstimos contratados para implantação da cultura do inhame.

A articulação existente entre os agricultores produtores de mamão e a CALIMAN, atualmente em plena vigência, corresponde a um tipo específico, denominado semi-integração, de acordo com a classificação feita por Sorj (1986), onde a produção agropecuária é realizada nos estabelecimentos ou lotes pertencentes aos próprios assentados, porém é a empresa que detém o controle técnico da produção e o domínio da comercialização, efetuados por meio de contratos de compra da produção. É a empresa que determina onde, como, quando produzir; quais os insumos que deverão ser utilizados; e, quais as quantidades e a época ou etapa do processo de produção nas quais esses insumos devem ser utilizados. Além disso, cabe à integradora fiscalizar a execução das tarefas por meio de assistência técnica da própria, realizada com essa finalidade. A associação atua como um elo ou canal de ligação entre os assentados associados e a empresa integradora.

Depois de firmado o contrato e a fixação do preço, a produção é realizada pelos agricultores e familiares responsáveis pelo lote. Esta população de agricultores familiares capitalizados é típica do Grupo I.

O Grupo II, como foi visto, teve o seu contrato rompido unilateralmente, mas continua a cultivar o inhame e vendê-lo a intermediários. O Grupo III pratica uma agricultura tradicional e de subsistência.

De acordo com a teoria de Sorj (1986) é possível verificar nesse assentamento os três grandes setores em termos de relações de produção e do desenvolvimento de forças produtivas, ou seja: de um lado, as grandes empresas capitalistas que utilizam tecnologia moderna, como é o caso da CALIMAN NORDESTE S/A; de outro, os agricultores capitalizados e modernizados que têm como base o trabalho familiar, complementado pela contratação de trabalho assalariado, representado pelos produtores de mamão e inhame.

Por último, temos a produção baseada na pequena propriedade familiar tradicional, formada pelo grupo daqueles que cultivam lavouras de subsistência. Estes setores estabelecem entres si e com a empresa uma articulação dinâmica, como será visto a seguir.

3.3 OS GRUPOS E A RELAÇÃO DINÂMICA ENTRE SI

Essas formas de produção se articulam de maneira tal que o setor mais concentrado de produção tende a integrar o excedente da força de trabalho dos pequenos produtores, como a integração entre a Caliman junto aos assentados. Mas, é possível verificar uma relação entre os grupos, no qual estes interagem entre si de forma dinâmica. É comum observar que o segundo e o terceiro grupos costumam fornecer mão-de-obra para o primeiro grupo.

Esse fato pode ser explicado pela necessidade de complementação da renda familiar, já que em comparação com o nível de vida do Grupo I, os demais têm uma renda comparativamente menor, e a melhor situação financeira desse grupo indica a razão pela qual ele tem uma quantidade relativamente baixa de pessoas que trabalham para outros assentados.

A necessidade de complementar sua renda e garantir a subsistência de sua família leva o pequeno agricultor a uma situação de elevada exploração assalariando-se temporariamente. No entanto, estes não deixam o cultivo de seu lote, efetuando uma combinação permanente entre as atividades de seu lote e a venda de sua força de trabalho para outros assentados do seu próprio assentamento.

Estes são considerados trabalhadores híbridos, que como afirma Sorj (1986) têm a característica de exército de reserva e campesinato de subsistência. Encaixa-se nesta definição o Grupo III, esse fato por sua vez, contribui para a manutenção de antigas formas de produção.

Também merece destaque o fato de o Grupo I contratar um grande número de trabalhadores assalariados, que está em desacordo com a teoria de Sorj (1986), que define o setor familiar capitalizado como um ramo de atividade agrícola que utiliza pouco ou quase nenhum trabalho assalariado.

Nesse grupo, a maioria das etapas do processo de trabalho – preparo do solo, preparo das mudas, plantio, adubação e outros - são realizadas por assalariados temporários do próprio assentamento, ou trabalhadores assalariados de fora do mesmo.

O Grupo II e, principalmente, o Grupo III fazem uso integral de mão-de-obra familiar, recorrendo ao trabalhador assalariado somente em casos extremos que requerem uma maior quantidade de mão-de-obra empregada.

O estudo desses grupos demonstra que aqueles grupos que são mais desenvolvidos e capitalizados tendem a dedicar-se mais à sua produção agrícola e a seu lote; enquanto os grupos pouco capitalizados tendem a assalariar-se temporariamente para complementar sua renda, mais especificamente, vendem sua força de trabalho a essas unidades familiares altamente capitalizadas e mais desenvolvidas como é o caso dos produtores de mamão.

Há alguns assentados que efetuam outras atividades não-agrícolas como modo de adquirir um outro tipo de renda que não provém de atividades agrícola, e este assunto será exposto no item a seguir.

3.4 OS GRUPOS E AS ATIVIDADES FORA DO LOTE

É importante observar que embora pequena a população existente neste assentamento há atores sociais que ocupam cargos que não correspondem ao exercício das atividades agrícolas.

Apesar de menos expressivo, em termos absolutos, o número de trabalhadores que estão inseridos em algum tipo de atividades não-agrícolas, dentro e fora do assentamento, estas mostram a configuração de um *novo rural* brasileiro e a tendência cada vez mais explícita da população rural em procurar formas para garantir sua sobrevivência, sejam atividades oriundas da agricultura ou não.

Os tipos de atividades mais encontradas nesse assentamento entre os grupos são: as atividades exercidas nas cidades próximas com carteira assinada e salário regular, prestação de serviços (vigia, babá), tratorista e atividades comerciais (bar, bodegas) – que corresponde, neste último caso, ao trabalho por conta própria.

A maioria dessas atividades é exercida por membros do primeiro e do segundo grupo, enquanto o terceiro grupo tende a dedicar-se a atividades agrícolas, normalmente trabalham como agricultores em seu lote e são trabalhadores rurais assalariados temporários para outros assentados, como citado antes. Segundo o depoimento de um dos moradores do assentamento – componente do Grupo III:

Eu tenho um irmão que trabalha fora do assentamento que só vem aqui para dormir [...] tem até gente querendo tirar ele daqui. Não pode sair da casa e continuar no projeto, tem que sair de tudo. Se não fosse assim não morava ninguém não, pois não dá para viver. O INCRA quer que seja tirado o sustento da terra, que vivam da terra.

No item a seguir, será discutida a sustentabilidade dos grupos mediante sua renda, sua integração com o setor agroindustrial e o nível de desenvolvimento local sustentável alcançado por essa população.

3.5 A SUSTENTABILIDADE DO PROJETO VALE DO LÍRIO

Após o confronto entre os grupos que compõe o Projeto Vale do Lírio, pode-se realizar agora uma análise da situação em que se encontra esse assentamento do ponto de vista de sua sustentabilidade. Sustentabilidade esta que tem como parâmetro a teoria do desenvolvimento local sustentável.

Como foi visto nos capítulos que se antecederam, o Projeto de Assentamento Vale do Lírio é composto de uma população diversa e segregada, que foi denominado de grupos. Esses grupos possuem características próprias e reproduzem no espaço, no qual estão inseridos, contrastes relevantes que deverão ser levados em consideração para a análise do desenvolvimento local.

Em resumo, o desenvolvimento local sustentável é medido pela melhoria no padrão de vida das populações, pela sua eficiência econômica e pela preservação ambiental. As iniciativas mobilizadoras da coletividade e seu nível de organização para a promoção desse desenvolvimento são as molas propulsoras para que este aconteça.

No caso específico do Projeto de Assentamento Vale do Lírio, a mobilização coletiva dos assentados para desapropriação da terra ociosa e a realização de projetos produtivos para o assentamento foram iniciativas essenciais para que a realização do projeto se tornasse real.

De forma semelhante à iniciativa desses assentados em busca de um modo de produção para adquirir a sobrevivência de sua família, demonstrou o empenho despendido por estes em busca de explorar suas potencialidades. A exploração do mamão e do inhame irrigados, por meio de associações, são exemplos reais da luta desses produtores rurais para obter um padrão melhor de vida e de alcançar vantagens competitivas.

A exploração das potencialidades da terra, do clima e da mão-de-obra existente na região de São José de Mipibu, mas especificamente do Vale do Lírio, mostrou que este possui capacidade competitiva, visto que esses fatores mencionados eram mais favoráveis para a plantação do mamão na região Nordeste do que na região Sul, onde está localizada a matriz da empresa exportadora CALIMAN NORDESTE S/A.

A integração desses assentados com empresas agroindustriais e a utilização de tecnologias modernas evidenciam que a modernização tecnológica oriunda do processo de integração, possibilitou a exploração de suas potencialidades, a fim de promover um aumento das oportunidades da sociedade local e melhoria na qualidade da população em questão.

O que motivou o êxito desses processos foi a busca da especificidade local dentro de um mundo globalizado, ou seja, a parceria entre agricultores familiares capitalizados com

empresas de comercialização e exportação. Mas também a exploração das potencialidades naturais e locais estimulou o sucesso desse empreendimento, mas especificamente êxito para os produtores de mamão.

O termo “especificamente”, ressaltado no parágrafo anterior é uma indicação de que esse desenvolvimento local, como se verifica no Projeto de Assentamento Vale do Lírio, não ocorreu de forma homogênea como afirmou Buarque (2002) ao definir desenvolvimento local comunitário. Sua definição acerca do desenvolvimento local comunitário se enquadra somente até certo ponto e depois se mostra incapaz de explicar sua complexidade.

O Projeto de Assentamento Vale do Lírio é uma comunidade destituída de uma estrutura política-institucional, que tem vínculos com projetos, no entanto o desenvolvimento local não ocorreu uniformemente para todos os assentados, mas, ao contrário, de forma particular e segregada perante os grupos.

Isso pode ser claramente observado pelo confronto do padrão de vida dessa população - questão confrontada anteriormente. A própria denominação de grupos utilizada neste trabalho já inseria no texto a questão da segregação tanto em relação ao aparecimento de classes distintas como do processo de desenvolvimento.

Ao contrário do que Buarque (2002) afirmou, o desenvolvimento local sustentável não é um sistema perfeito que age homogeneamente, principalmente no meio dotado de contradições como é o ambiente rural, e onde o próprio desenvolvimento do capitalismo e da modernização tecnológica pode imprimir categorias sociais diferentes.

Retornando ao estudo de caso, os produtores de mamão integrados a uma empresa de comercialização e exportação encontram-se em uma situação mais favorável do que os outros grupos mediante o nível de renda, melhoria nos padrões de vida e de oportunidades.

A explicação desse fato pode ser encontrada na articulação desses assentados com uma empresa de comercialização de grande porte que atua a nível internacional. Bem como no alto nível de organização desses produtores, na aquisição do conhecimento em relação ao manejo tecnológico com a produção e em mercado garantido para a comercialização de sua produção.

Diferentemente do que ocorre no grupo produtores de inhame, que não possuem conhecimento tecnológico necessário para a realização da produção – apesar de deter implementos tecnológicos -, a associação é desprovida de organização e coesão entre os produtores e não tem garantia de mercado, fazendo com que os mesmo produzam sem a certeza de demanda favorável a seus produtos. E ainda a venda por atravessadores é desfavorável para os assentados, na medida em que os primeiros tendem a se apropriar de grande parte do excedente.

Segundo Guanzioli (1994) deixam claro que essa forma de comercialização tende a causar uma significativa perda de lucratividade por parte dos produtores, uma vez que os intermediários tendem a comprar os produtos agrícolas a um preço inferior ao do mercado.

Finalmente, os agricultores familiares que cultivam autonomamente seus produtos para venda e subsistência, por ser completamente desprovido de tecnologias e oportunidades, os mesmo não vêm alternativa a não ser vender aquilo que lhes resta, isto é, a sua força de trabalho.

Em se tratando do uso de agrotóxicos ou pesticidas há uma elevada utilização desses produtos por parte dos produtores de mamão, mostrando que do ponto de vista ambiental esses produtores possuem um grau de sustentabilidade menor, visto que os produtores de inhame e cultivadores de roça fazem pouco uso destes produtos químicos.

Em síntese, o desenvolvimento ocorrido nesse local mostra-se mais sustentável para os produtores do mamão do que para os outros produtores no âmbito econômico e social, no entanto, no que tange ao âmbito ambiental este primeiro grupo se mostra menos sustentável que os demais.

Destaca-se que o grupo dos produtores de mamão está mais organizado politicamente e possui um espírito de cooperação e ajuda entre eles. E caso haja uma quebra de vínculo com a empresa, seu projeto não irá à bancarrota, visto que estes possuem o conhecimento adquirido com esses anos de prática e há outras empresas interessadas a formar parcerias com os mesmos.

De maneira geral, os produtores de mamão constituem o grupo mais beneficiado com o processo de integração, de modernização e de desenvolvimento local. Nesse grupo, o aumento das oportunidades sociais, o aumento da competitividade, a organização coletiva e a melhoria na qualidade de vida da população encaixaram-se perfeitamente na definição de desenvolvimento local de Buarque (2002).

No entanto, para os outros agricultores familiares, ou mais especificamente, para as outras categorias de grupos, essa teoria deixa a desejar uma nova definição de desenvolvimento local sustentável que explique os motivos pelos quais este se realizou de maneira discrepante, ou quiçá uma alternativa de desenvolvimento local sustentável que possa atuar de maneira homogênea em um ambiente rural complexo, de forma a amenizar ou extinguir as discrepâncias que se reproduzem na dinâmica do assentamento.

No capítulo a seguir, seguem-se as observações gerais do estudo juntamente com a conclusão e as recomendações para possíveis pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste trabalho pode-se constatar que a dinâmica existente no campo brasileiro, bem como as transformações que nele vêm ocorrendo são bastante complexas e necessitam de análises cada vez mais profundas e específicas, a fim de desmistificar sua realidade.

Através do estudo de caso no projeto de Assentamento Vale do Lírio, pôde-se chegar à conclusão que os processos de integração e formação de parcerias com empresas capitalistas reproduziu nesse espaço uma espécie de segregação de categorias sociais claramente expostas.

Há a categoria dos agricultores altamente capitalizados que utiliza tecnologia avançada para produção e o trabalho familiar, mas, principalmente, a compra da força de trabalho de outros assentados do local. Contradizendo assim à teoria de que os agricultores familiares fazem pouco ou nenhum uso de força de trabalho alheio.

A categoria composta por agricultores familiares modernizados, mas bem menos modernizados que o primeiro, produz para a venda e consumo, cujo escoamento de sua produção é realizada por intermediários mercantis e que pouco utilizam mão-de-obra assalariada.

A última categoria, no entanto, é formada por aqueles que não firmaram parcerias com empresas agroindustriais, produzem para a subsistência, e vendem o excedente para intermediários ou atravessadores mercantis, e atuam como mão-de-obra assalariada temporária para a unidade de produção familiar mais capitalizada.

Esse fato por sua vez acaba por causar uma elevada exploração do trabalhador, que, além de trabalhar na sua lavoura em tempo parcial, ainda trabalha como assalariado para outros, gerando um processo contraditório no qual antigas formas de produção passam a se transformarem em barreiras para a acumulação capitalista. No entanto, esse fenômeno não exclui o avanço tecnológico dos pequenos agricultores familiares.

Verifica-se uma articulação dinâmica entre esses setores, no qual a empresa fixa contrato, a compra e preço com os agricultores familiares capitalizados e modernizados, e estes, por sua vez, mantêm relações com os membros de outras categorias sociais através da utilização do trabalho assalariado temporário.

O modo de organização dos agricultores também contribuiu para a sua configuração atual, uma vez que alguns são politicamente mais organizados, enquanto outros não possuem coesão e entendimento entre os componentes, dificultando assim uma mobilização mais precisa na busca por alternativas melhores para essa categoria.

Os pequenos agricultores familiares integrados, do mamão, não se encontram totalmente subordinados à empresa integradora, pois já possuem o conhecimento técnico adquirido, e caso rompam o contrato com essa empresa há outras interessadas em fazer parceria. Os mesmo para manter a sua independência estão procurando diversificar a sua produção e já começaram a desenvolver novos projetos. A forma de produção e parceria agroindustrial, no Vale do Lírio, constituiu uma possibilidade viável para o desenvolvimento local.

A integração ou a formação de parcerias com indústrias agroindustriais, porém, apesar de ter ocasionado uma melhoria na qualidade de vida e promovido o desenvolvimento em uma parte da população que compõe o Projeto de Assentamento Vale do Lírio, mais precisamente os produtores de mamão, deixa claro que a mesma não é solução para todos os males, na medida em que não se manifesta de forma igual para todos aqueles que nela se inserem.

Do ponto de vista da sustentabilidade do Projeto de Assentamento Vale do Lírio, verificamos que, no que diz respeito aos produtores de mamão a parceria destes junto a CALIMAN NORDESTE S/A confere um maior grau de sustentabilidade econômica e social, para esses agricultores familiares do que para os outros, uma vez que o padrão de vida desses é bem maior do que os demais.

No entanto, no que diz respeito à conservação ambiental, a pulverização de agrotóxicos e produtos químicos nas plantações de mamão são bem mais elevadas em comparação com os outros assentados, que usam estes de forma reduzida. Ressalta-se que no assentamento há uma área de reserva florestal que faz com que esse nível de sustentabilidade do local se eleve, apesar da ação negativa dos produtores de mamão.

Apesar da oferta de bens públicos como saúde, educação, moradia e infra-estrutura social básica serem iguais para todos do assentamento, os níveis de renda juntamente com o padrão de vida se mostram bastantes heterogêneos quando são observados os diversos grupos ou categorias sociais aqui existentes.

Há uma ausência por parte dos órgãos responsáveis do governo em cumprir a responsabilidade de ofertar uma assistência técnica eficiente e de qualidade. Muitos assentados contestam que os técnicos fornecidos pelo governo não comparecem no

assentamento. No entanto, este fato não exclui a importância da intervenção do Estado através de seus organismos e instituições públicas para o processo de assentamento, via realização da reforma agrária e a formação das parcerias, via concessão de crédito rural para construção de infra-estrutura e dar suporte as exigências da empresa integradora. A atuação do Estado embora falha em relação ao fornecimento da assistência técnica, ofereceu condições para a realização do desenvolvimento desta comunidade local.

Verifica-se ainda, no Vale do Lírio, a presença de assentados que se dedicam à realização de atividades não-agrícolas ou à agricultura em tempo parcial. Essas novas formas representam uma mudança no contexto rural, uma vez que concede ao rural uma possibilidade de obter renda que não correspondem tão somente ao cultivo agrícola, e este fato corrobora ainda mais para expor a complexidade existente nesse assentamento.

Resta afirmar, finalmente, que a Reforma Agrária - enquanto política de intervenção estatal - juntamente com a modernização e capitalização da agricultura familiar podem ocasionar o desenvolvimento produtivo e promover respostas econômicas e sociais no ambiente rural, muito embora essas conseqüências positivas possam não se reproduzir uniformemente num determinado espaço, em uma população ou comunidade.

Ressalta-se que em relação aos produtores de mamão, esses tendem a realizarem as ordens transmitidas pela empresa, além desses produtores fiscalizarem uns aos outros para que as solicitações da integradora sejam cumpridas – o que deixa evidente a obediência dos mesmos em relação à mesma. Esses agricultores familiares modernizados também cultivam um espírito de cooperação entre si.

Em relação ao grupo de agricultores sem projetos, esses apesar de revoltados e inconformados com a situação em que estão em relação aos outros, não unem forças para superá-la praticando. E os produtores de inhame, em relação as condições anteriores, mostram-se conformados com a situação em que se encontram. Enfim, pode-se afirmar que esses agricultores familiares são: “obedientes, sim; rebeldes, talvez e conformados nem tanto”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UNICAMP, 1992.

AGROTÓXICOS: o que são e como se classificam. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/agrothist2.htm>> . Acesso em: 28/05/2005.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Vale do Lírio**. Natal, 2004 a.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO. **Questionários direcionados aos assentados**. Natal, 2004 b.

BRACERAS, Fidel Maria et al. **Gestão do desenvolvimento local: experiências exitosas no Rio Grande do Norte**. Natal (RN): IICA, 2004.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, Jose Graziano da. **O novo rural brasileiro: uma análise estadual –Nordeste**. São Paulo: EMBRAPA, 2000. 156 p. :il 23cm.

CARLOS, Jarás. O lado intangível do desenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. **Planejamento do desenvolvimento sustentável em tempo de globalização**.Terezina – Piauí: IICA, 2002.

DANTAS, Anna Ruth. Assentamento planta e exporta mamão. **Jornal Tribuna do norte**. Natal, 28 set. 2003. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/anteriores/030928/natal/natal1.html>>. Acesso em: 24/03/2005.

FAMÍLIAS investem no plantio do mamão para exportação. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.todafruta.com.br>>. Acesso em: 22 jun 2004.

GARCIA, Afrânio. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciadas em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentário sobre um estudo da FAO. In: ROMEIRO, A. (Org) etal. **Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate.** Rio de Janeiro: VOZES/IBASE/FAO, 1994. p. 87 – 98.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. Principais indicadores sócio-econômico dos assentamentos de reforma agrária. In: ROMEIRO, A. (Org) etal. **Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate.** Rio de Janeiro: VOZES/IBASE/FAO, 1994. p. 13 – 68.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **A riqueza do papaya.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/htm/serveinf/htm/pubs/down/arco1.pdf>> Acesso em: 18 maio 2004.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Projeto de desenvolvimento local no Rio Grande do Norte:** Análise dos efeitos e recomendações metodológicas para difusão de experiências exitosas. Natal, 2003, 18 p.

IÓRIO, Maria Cecília de Oliveira. A integração agroindustrial: o sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização. In: MARTINS, Heloísa de Souza, RAMALHO, José Ricardo (Org). **TERCEIRIZAÇÃO:** diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: HUCITEC, 1994. 237 p. p. 137-152.

MAMÃO em perigo. Publicação eletrônica. Disponível em: <http://www.todafruta.com.br/todafruta/mostra_conteudo.asp?conteudo=4190> Acesso em: 18 maio 2004.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MELO, Beth. Nordeste exporta mamão de assentados. **Jornal o Estado de São Paulo.** São Paulo, 08 set 2004. Publicação eletrônica. Disponível em: <http://www.caliman.com.br/caliman/materia_01.asp>. Acesso em: 10 jan 2005.

_____. Fruticultura melhora padrão de vida. **Jornal o Estado de São Paulo.** São Paulo, 08 set. 2004. Publicação eletrônica. Disponível em: <http://www.caliman.com.br/Caliman/Materia_02.asp>. Acesso em: 10 jan 2005.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento Rural no Brasil. Os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro.** São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2001. Mimeografado.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Impactos dos Assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.

PESQUISA nacional de amostra em domicílio: informação para pesquisa. Brasília: IBGE, 2002. Base de dados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm>>. Acesso em: 27 abr. 2005.

PRADO, Junior. **A Questão Agrária no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRIA, Ana Dalla. Lucros com a parceria. **Globo Rural**. São Paulo, 25 jun 2005. Disponível em: <http://globoruraltv.globo.com/cgi-bin/globorural/montar_texto.pl?controle=9142>. Acesso em: 27 jun 2005.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária. In: ROMEIRO, A. (Org) et al. **Reforma Agrária:** produção emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: VOZES/IBASE/FAO, 1994. p.75 – 98.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver.** Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Aldenor Gomes da. **A parceria na agricultura irrigada no Baixo Açu.** Natal: CCHLA, 1992. 102p. (Coleção Vale do Açu).

_____. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano (Ed). **O novo rural brasileiro:** uma análise estadual – Nordeste. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. p. 13 - 43.

SILVA, João Gomes da. **Análise da atuação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – um estudo de caso no Estado do Rio Grande do Norte, 2003, (Graduação em economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.